

Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Centro Sócio Econômico – CSE
Departamento de Economia e Relações Internacionais – CNM

JOÃO GUILHERME GOULART SANTOS

**GERENCIAMENTO DE CAPITAL DOS BANCOS BRASILEIROS E NORTE
AMERICANOS APÓS A CRISE DO SUBPRIME**

FLORIANÓPOLIS
2014

JOÃO GUILHERME GOULART SANTOS

**GERENCIAMENTO DE CAPITAL DOS BANCOS BRASILEIROS E NORTE
AMERICANOS APÓS A CRISE DO SUBPRIME**

Monografia submetida ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito obrigatório
para a obtenção do grau de Bacharelado.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Meurer

FLORIANÓPOLIS
2014

JOÃO GUILHERME GOULART SANTOS

**GERENCIAMENTO DE CAPITAL DOS BANCOS BRASILEIROS E NORTE
AMERICANOS APÓS A CRISE DO SUBPRIME**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,00 ao aluno João Guilherme Goulart Santos na disciplina CNM 7107 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Roberto Meurer
Orientador

Pro. Dr. Jean-Luc Rosinger
Membro da Banca

Prof. Mestre Douglas Eduardo Turatti
Membro da Banca

“Dedico este trabalho à minha mãe
Nídia, minha fonte de inspiração
diária e meu anjo da guarda
eternamente”.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus pais pela educação, valores e amor dados durante toda minha vida. Estes foram os pilares essenciais para minha formação, e sou inteiramente grato por isso. À minha irmã Maria Julia, meus primos Marcelo, Otávio e Caetano pelo companheirismo, amor e convivência que me tornam ainda mais forte para as batalhas de todo dia. Agradeço também a toda minha família, especialmente minhas tias Marlene e Rosane as quais estiveram presente em toda a minha vida, sempre dispostas a me apoiar e me educar.

Agradeço especialmente os meus amigos Boby Zeniti e Marco Arruda, com os quais obtive grandes momentos de felicidade e conquistas, e que puderam compartilhar muito de seus conhecimentos comigo durante minha trajetória acadêmica.

Aos meus amigos de Criciúma pelos momentos inesquecíveis vividos juntos, e pela amizade eterna. Aos meus amigos, Claudio Ramos, Daniel Quadros, Dimitri Tenfen, Eduardo Arruda, Eduardo Curzel, Gustavo Bacellar, Mateus Coutinho, Nicholas Namikawa, Rafael Felipe, Renan Faria, Renan Rosa, Richard Schnorrenberguer, Thiago Marques, Thales Mendonça, Tiago Godinho, além das amigas do curso de economia por estarem presentes desde o início de minha passagem pela faculdade e com os quais pude evoluir muito como pessoa.

Agradecimento especial ao professor Roberto Meurer pela disposição, orientação e contribuição no trabalho, agregando muito valor a minha formação. Agradeço também ao professor André Portela e aos demais professores do curso de economia pelos conhecimentos adquiridos.

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o comportamento dos bancos brasileiros e norte americanos no gerenciamento de sua estrutura de capital no período de 2008 a 2013, logo após a crise do subprime, que instaurou um ambiente de maior aversão ao risco e de regulação bancária mais rígida no sistema financeiro. Indicadores como o Índice de Basileia, e o Indicador de Alavancagem são utilizados como principais parâmetros para análise. É também colocado em pauta as medidas de regulação prudencial aplicadas no período, além dos padrões de concorrência e rentabilidade do setor bancário no Brasil e Estados Unidos, sendo analisado mais profundamente os dados do setor brasileiro. Por fim, conclui-se que houve um comportamento distinto entre o gerenciamento de capital dos maiores bancos brasileiros e americanos no período. O setor brasileiro aparentou-se mais vulnerável após a crise do subprime, enquanto o setor bancário norte americano se alinhou ao ambiente de maior aversão ao risco internacional, tomando medidas mais conservadoras no gerenciamento de capital.

Palavras-chave: Bancos, Regulação Bancária, Acordo de Basileia, Comitê de Basileia, Índice de Basileia, Alavancagem.

ABSTRACT

This work aims to analyze the behavior of Brazilian and North American banks in managing its capital structure during the period 2008-2013, after the subprime crisis, which established an environment of increased risk aversion and banking regulation stiffer in the financial system. Ratios such as the Basel Capital Accord, and the Leverage Ratio are used as key parameters for analysis. It is also put on the subject the prudential regulatory measures applied in the period and the standards of competition and profitability of the banking industry in Brazil and the United States, being analyzed further the data from Brazil. Finally, it is concluded that there was a distinct behavior between the capital management of the largest Brazilian and American banks in the period. The Brazilian banking industry appeared to be more vulnerable after the subprime crisis, while the North American banking industry aligned to the international aversion risk environment, taking more conservative measures in managing capital.

Keywords: Banks, banking regulation, Basel Capital Accord, Basel Committee, Basel Capital Ratio, Leverage.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço hipotético de um Banco Comercial.....	23
Quadro 2: Cálculo da capitalização necessária no Basileia II.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução da Representatividade dos Ativos do setor bancário brasileiro em relação ao PIB.....	42
Tabela 2: Evolução da representatividade dos Ativos Totais dos quatro maiores bancos brasileiros.....	43
Tabela 3: Maiores Instituições Financeiras do Brasil por Ativo Total em dezembro/2013 (em R\$ 1.000).....	44
Tabela 4: Indicadores para fins de medidas prudenciais preventivas por parte do Banco Central.....	52
Tabela 5: Evolução do Índice de Basileia e do Indicador de Alavancagem dos 4 principais bancos brasileiros.....	55
Tabela 6: Evolução do Índice de Imobilização dos quatro maiores bancos brasileiros.....	62
Tabela 7: Evolução dos indicadores de rentabilidade em comparação com a Taxa Over/Selic média ao ano.....	63
Tabela 8: Evolução da representatividade dos ativos do setor bancário norte americano em relação ao PIB.....	67
Tabela 9: Evolução da representatividade dos Ativos Totais dos seis maiores bancos norte americanos.....	67
Tabela 10: Dez maiores bancos norte americanos em ativos totais.....	68
Tabela 11: Evolução do Índice de Basileia e do Indicador de Alavancagem dos seis principais bancos dos Estados Unidos.....	72

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Evolução da Razão de Concentração $k=4$	49
Gráfico 2: Evolução do Índice de Basileia dos 4 principais bancos brasileiros.....	56
Gráfico 3: Evolução da média do Índice de Basileia dos quatro principais bancos brasileiros em comparação com os requerimentos mínimos.....	57
Gráfico 4: Evolução do Indicador de Alavancagem dos quatro principais bancos brasileiros.....	59
Gráfico 5: Evolução do Market Share da concessão de crédito no Brasil.....	61
Gráfico 6: Evolução da Taxa Over/Selic média ao ano no período de 2007 a 2013.....	63
Gráfico 7: Evolução do Índice de Basileia dos seis principais bancos norte americanos.....	73
Gráfico 8: Evolução da média do Índice de Basileia dos seis principais bancos norte americanos em comparação com os requerimentos mínimos estipulados no país.....	74
Gráfico 9: Evolução do Indicador de Alavancagem dos quatro principais bancos comerciais dos Estados Unidos.....	76
Gráfico 10: Evolução do Indicador de Alavancagem dos dois principais bancos de investimento norte americanos.....	77

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Tema e Problema de Pesquisa.....	13
1.2 Objetivos.....	15
1.2.1 Objetivo Geral.....	15
1.2.2 Objetivos específicos.....	15
2 BANCOS E SUPERVISÃO BANCÁRIA.....	16
2.1 Sistemas Financeiros.....	16
2.1.2 Bancos Comerciais.....	17
2.1.3 Bancos de Investimento.....	18
2.1.4 Bancos Múltiplos.....	18
2.2 Externalidades.....	19
2.3 Assimetrias de informação.....	20
2.4 Regulação e eficiência dos mercados.....	21
2.5 Estratégias de regulação financeira.....	22
2.5.1 Regulação de balanços.....	22
2.5.1.1 O balanço de um Banco Comercial.....	23
2.5.2 Coeficientes de capital.....	24
2.5.3 Auto-regulação como estratégia.....	25
3 OS ACORDOS DE BASILEIA.....	26
3.1 Banco para compensações internacionais (Bank for International Settlements) – BIS.....	26
3.2 Comitê de Basileia.....	27
3.3 Acordo de Basileia I.....	27
3.4 Acordo de Basileia II.....	29
3.4.1 Pilar I.....	30
3.4.2 Pilar II.....	30
3.4.3 Pilar III.....	31

3.5 Acordo de Basileia III.....	31
3.6 Patrimônio de Referência (PR).....	33
4 CRISE DO SUBPRIME.....	34
5 SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO.....	37
5.1 Formação e contextualização histórica.....	37
5.2 Representatividade do setor na economia.....	42
5.3 Os principais bancos.....	44
5.3.1 Banco do Brasil.....	44
5.3.2 Itaú Unibanco.....	45
5.3.3 Caixa Econômica Federal (CEF).....	46
5.3.4 Bradesco.....	47
5.4 Concentração e competitividade do setor.....	48
5.5 Medidas de regulação prudencial após a crise do subprime.....	50
5.6 O gerenciamento de capital dos bancos brasileiros após a crise do subprime.....	54
5.6.1 Alavancagem.....	58
5.7 Imobilização do setor.....	61
5.8 Rentabilidade do setor.....	62
6 SETOR BANCÁRIO NORTE AMERICANO.....	64
6.1 Formação e Contextualização Histórica.....	64
6.2 Representatividade do setor na economia.....	66
6.3 Os principais bancos.....	68
6.3.1 JP Morgan Chase.....	68
6.3.2 Bank of America.....	69
6.3.3 Citigroup.....	69
6.3.4 Wells Fargo.....	69
6.3.5 Goldman Sachs.....	70
6.3.6 Morgan Stanley.....	70

6.4 O gerenciamento de capital dos bancos norte americanos após a crise do subprime.....	70
6.4.1 Alavancagem.....	75
7 CONCLUSÃO.....	78
8 REFERÊNCIAS.....	79

1. INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema de Pesquisa

A crise econômica iniciada no fim de 2007 e que se alastrou mundialmente a partir do segundo semestre de 2008, teve seu estopim no centro do setor financeiro norte americano e caracterizou-se como crise do subprime. A crise iniciada no setor financeiro rapidamente obteve reflexos na economia real, com declínios nos níveis de produto e emprego em diversos países, principalmente aos mais expostos aos ativos envolvidos na eclosão da crise. De acordo com Bernanke e Gertler (1995) o comportamento dos principais bancos de uma determinada economia, na gestão de sua estrutura de capital, principalmente em termos de alavancagem, é um mecanismo potencialmente importante na propagação de crises financeiras na economia real. Bancos tendem a possuir uma posição mais conservadora em momentos de choques no sistema financeiro ou em recessões econômicas. Baseados em modelos internos de gestão de risco, passam a controlar o nível e as condições de concessão de crédito na economia, refletindo de imediato na capacidade de financiamento das empresas.

Após os fortes efeitos e consequências desta crise financeira na economia real, um maior apelo por regulação bancária se instaurou no ambiente financeiro internacional. A saúde e o nível de solvência dos bancos passaram a ter ainda mais relevância, a higidez do sistema e a capacidade dos bancos de enfrentarem choques na economia viraram o centro do debate dos Bancos Centrais em todo o mundo. Afirmam Jokipii e Milne (2011) que os requerimentos de capital estão entre os principais instrumentos da regulação bancária ao prevenir os bancos de tomarem riscos excessivos, e também ao proporcionar maior segurança ao sistema financeiro em momentos adversos da economia. O Comitê de Basileia, criado pelos países do G-10 em busca de regular e fiscalizar as instituições financeiras no mundo, evoluiu o debate constituindo novos acordos, destacando-se recentemente o Acordo de Basileia III em 2010, com novas exigências e metodologias para os cálculos dos requerimentos mínimos de capital dos bancos. O Acordo de Basileia exige que órgãos de fiscalização financeira dos países participantes introduzam normas regulatórias estabelecendo coeficientes de capital

próprio mínimo em seus balanços, ponderados com seus respectivos riscos de aplicação. A ideia é conduzir uma política em que obrigue os bancos a possuírem um determinado índice mínimo de capital próprio em seus ativos, comprometendo assim seu capital próprio em aplicações, o que induziria a esses bancos a tomarem riscos menores em suas estratégias.

A literatura econômica enfatiza que os bancos tendem a possuir um caráter cíclico no gerenciamento de sua estrutura de capital. Segundo estudos de Adrian e Shin (2008, 2009, 2010) os bancos possuem a tendência natural de aumentar sua alavancagem operacional e se exporem a ativos mais arriscados em momentos de prosperidade econômica e de otimismo em relação às variáveis macroeconômicas. Já em momentos adversos, como recessões, os bancos passam a ser mais avessos ao risco e tendem a adotar uma gestão de capital mais conservadora, priorizando requerimentos de capital próprio e diminuindo a alavancagem operacional.

Os bancos são fundamentais na propulsão do desenvolvimento econômico de uma sociedade. Desta forma a saúde e a higidez do setor bancário são importantíssimas ao passo que os bancos atualmente interligam toda a economia via transações e encontro de agentes superavitários e deficitários. Desta forma, analisar o modo pelo qual os bancos gerem seus balanços e estrutura de capital é de fato imprescindível na teoria econômica.

O presente trabalho busca contribuir para a literatura analisando os indicadores de estrutura de capital dos maiores bancos brasileiros e norte americanos, principalmente o Índice de Basileia e o Indicador de Alavancagem e suas evoluções após a eclosão da crise financeira de 2008, em ordem a identificar como foi feito o gerenciamento de capital dos bancos no período e se este comportamento tende a se comportar de forma cíclica.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o comportamento dos bancos brasileiros e norte americanos em seus gerenciamentos de capital após a crise do subprime. Identificando de que forma o nível de risco dos setores bancário brasileiro e norte americano variaram em resposta a um ambiente regulatório mais rígido.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Demonstrar o papel e a importância dos bancos na economia;
- Apresentar o ambiente regulatório na atividade bancária mundial, conforme os Acordos de Basileia.
- Contextualizar historicamente os setores bancário brasileiro e norte americano;
- Identificar padrões de concentração e competitividade no setor bancário brasileiro e suas influencias no desempenho do setor;
- Levantar as mais recentes medidas de regulação prudencial exercidas pelo Banco Central do Brasil;
- Identificar diferenças entre a condução do gerenciamento de capital dos bancos no Brasil e nos Estados Unidos após a crise de 2008.

2. BANCOS E SUPERVISÃO BANCÁRIA

2.1 Sistemas Financeiros

Um sistema financeiro é definido em função da inter-relação entre o conjunto de mercados financeiros divididos em função das classes de ativos transacionados, das instituições financeiras participantes e dos órgãos reguladores instituídos pelo poder público na supervisão e organização do sistema. Desta forma segundo Carvalho (2007), os sistemas financeiros acabam por prover três grandes atividades:

- Agregar recursos gerados pelas unidades superavitárias em direção as deficitárias, otimizando assim o uso mais eficiente dos recursos na economia e maximizando sua capacidade de crescimento;
- Operar e organizar os sistemas de pagamentos da economia;
- Criar os ativos no volume e perfil necessários para satisfazer às demandas dos poupadores por meios de acumulação de riqueza.

A história do desenvolvimento econômico de cada país, incluindo todos os fatores culturais e políticos, definem padrões de ética, segurança e concentração que influem de alguma forma na estrutura de formação dos sistemas financeiros. Além disso, os determinantes técnicos da atividade financeira como o desenvolvimento de aplicação de inovações tecnológicas, sistemas de controle interno e de contabilidade também contribuem na formação e consolidação dos sistemas financeiros, aumentando a eficiência com que operam e o desenvolvimento do setor. No entanto, não só os acontecimentos históricos quanto técnicos se constituem como os determinantes básicos de como um sistema financeiro moderno opera. As iniciativas institucionais tomadas ao longo do tempo, principalmente as que impõem limites regulatórios à ação das instituições financeiras, têm sido também fundamentais na determinação das estruturas dos sistemas financeiros atuais. A segmentação do sistema financeiro norte americano, segregando bancos comerciais de bancos de investimento é um exemplo de medidas institucionais que alteram o funcionamento e estrutura do sistema financeiro.

A estrutura que rege os sistemas financeiros então se constitui como determinante na eficiência da alocação de recursos na economia, tanto na otimização da circulação de recursos financeiros entre os segmentos do mercado, tanto em relação a minimização dos riscos que a atividade financeira pode instaurar em uma economia.

2.1.2 Bancos Comerciais

Os bancos comerciais são historicamente as instituições financeiras mais importantes dentro dos sistemas financeiros no mundo, dado que são normalmente responsáveis pelos maiores volumes de intermediação financeira. Os bancos comerciais basicamente captam recursos através da criação de depósitos à vista, entregando-os a tomadores sob a forma de empréstimos de curto prazo tanto para empresas comerciais e industriais quanto para famílias. A capacidade de criação de depósitos à vista torna os bancos comerciais uma instituição especial dentro do sistema financeiro. Os bancos comerciais possuem dentro da economia, os papéis de ser o principal intermediário financeiro, e prover meios de pagamento alternativos ao papel moeda emitido pelo Estado, tal como os depósitos à vista.

Os depósitos à vista se constituem como obrigação por parte do banco de entregar ao seu titular um determinado valor em moeda no momento que o titular solicitar. Desta forma, os bancos comerciais atuam como custodiantes de valores, guardando-os com o direito do titular assegurado. Assim para que as pessoas confiem e reconheçam o papel de custodiante do banco, a reputação passa a ser uma qualidade eximamente prezada pela administração dos bancos. Com isso, ao passo que o público confia em um determinado banco e mantém seus recursos sob a forma de depósitos bancários, o setor bancário vai ficando mais sólido, e essa solidez torna-se uma externalidade. A sociedade passa a se interessar pelo bom funcionamento do setor e por sua eficiência, pois se os bancos não estiverem aptos a honrar com seus compromissos de converter os depósitos em moeda, todo o público seria incentivado ao resgate, gerando uma corrida bancária e colocando o sistema em cheque.

Os depósitos à vista se constituem como um passivo aos bancos, porém a sua garantia oferecida pelos próprios, induz ao público a preferir comprar este passivo

bancário, ou seja, aplicar seus recursos em depósitos para obter o direito de fazer pagamentos via transferências desses depósitos desde que haja é claro confiança na instituição bancária. Esta igualdade entre depósitos à vista e moeda, dá a oportunidade ao banco de captar recursos sem precisar remunerá-los por taxa de juros, a remuneração neste caso viria pelo oferecimento de segurança e conveniência nas operações financeiras para o cliente.

O fato de o banco comercial poder captar recursos via depósitos à vista, fornece o uma vantagem competitiva dentro do sistema financeiro em relação a outras instituições financeiras que também fazem intermediações, mas não são autorizadas a exercer este modo de captação. O lado negativo desta vantagem, esta relacionado à uma maior regulação bancária via órgãos do Estado, dado que a criação de depósitos passa a desenvolver externalidades bastante importantes.

2.1.3 Bancos de Investimento

Os bancos de investimento são caracterizados por instituições privadas não monetárias, autorizadas a fazer captação de recursos via depósitos a prazo, repassando-os a financiamento de subscrições de títulos a serem colocados no mercado em datas pré-estabelecidas. A função dos bancos de investimento é a de promover a capitalização de empresas através de financiamento de capital fixo e de giro à empresas a médio e longo prazo além de estruturar operações de emissão de capital e fusões no mercado, administrar fundos de investimento e fazer a securitização de recebíveis.

2.1.4 Bancos Múltiplos

O banco múltiplo é uma instituição financeira de personalidade jurídica própria, autorizada pelo Banco Central a atuar simultaneamente com carteiras de banco comercial, de investimento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil. Um banco múltiplo deve necessariamente operar com no mínimo dois tipos de carteiras,

sendo uma delas obrigatoriamente comercial ou de investimento, e ser uma sociedade anônima.

2.2 Externalidades

Segundo Carvalho (2007), dá-se o nome de “externalidades” a benefícios ou custos envolvidos em uma transação qualquer que não sejam reconhecidos pelos agentes nela diretamente interessados. A existência de externalidades positivas justifica a criação de formas de apoio à operação de um dado setor da economia, mesmo que agentes privados estejam envolvidos, porque se supõe que a sociedade em geral, e não apenas os operadores privados envolvidos diretamente na transação beneficiam-se de sua realização. O contrário, naturalmente vale para as externalidades negativas.

Em relação ao sistema financeiro, uma das principais externalidades positivas de sua atuação é a organização e administração de sistemas de pagamentos. A maioria das grandes transações em economias de mercado modernas, são feitas via transferências de titularidade de depósitos bancários do comprador ao vendedor. Isso ocorre como um resultado indireto da intenção dos bancos de conceder empréstimos e do detentor do depósito a de manter seu recurso custodiado. Desta forma, isso se constitui como uma externalidade dado que foi criada uma vantagem para a economia vinda de uma interação entre dois agentes, o banco e o depositante, de forma indireta.

Outra externalidade positiva da atividade bancária é o efeito da concessão de crédito na economia. A oferta de crédito possui um poder de maximizar a eficiência da aplicação de recursos, gerando resultados que são muito maiores do que a satisfação pessoal do tomador de empréstimo. A concessão de crédito permite que a economia cresça via investimentos em uma escala muito maior do que se tivesse que crescer apenas via investimentos de recursos dos próprios agentes, assim, há uma externalidade positiva na concessão de crédito ao passo que os contratos privados de crédito entre o banco e o tomador, geram aumento de bem-estar para a sociedade.

No entanto, a atividade bancária também gera externalidades negativas. As crises sistêmicas aparecem como a principal externalidade negativa a ser considerada.

As crises sistêmicas podem ocorrer em função da interação entre instituições financeiras, no momento em que obrigações de uma instituição se constituem em ativos de outra, gerando assim uma cadeia de transmissão de problemas. Estes choques em cadeia podem ainda ser piores quando o público perde a confiança na instituição, podendo assim se instaurar o que é chamado na literatura econômica de “corrida bancária”. A falência de um grande banco em uma determinada economia, ou até mesmo uma queda de sua reputação, pode gerar uma desconfiança ao público e clientes de outros bancos, ao ponto de que este vá em direção ao banco sacar os depósitos a que tem direito. Isto poderia quebrar o setor bancário, dado que não haveria os recursos disponíveis a todos, gerando um caos no sistema. Desta forma, a externalidade negativa do contágio, ocorre quando uma instituição financeira faz qualquer transação que aumente seu próprio risco de falência, ocasionando assim custos para outras instituições.

A existência das externalidades na atividade bancária faz com que seja necessário o desenvolvimento de um ambiente de regulação por parte do Estado nas formas de operação dos bancos, para que o mesmo seja preservado. Ações como o redesconto de liquidez, seguros de depósitos e instituições que servem como o prestador de última instância, como o Banco Central, são mecanismos praticados historicamente no intuito de eliminar a possibilidade de corrida bancária e fortalecer o sistema de crédito dos sistemas bancários nas economias de mercado no século XX.

2.3 Assimetrias de informação

Os contratos financeiros realizados entre os agentes da economia e os bancos, podem ter alguns problemas em relação à assimetria de informações. Isto tem sido evidenciado recentemente como razão para definições de normas regulatórias por parte dos órgãos regulatórios. Uma operação só é de fato totalmente eficiente nos mercados quando as operações são transparentes, ou seja, todas as informações relevantes estão disponíveis para ambas as partes da operação. Deste modo, quando a informação é distribuída de forma assimétrica, uma das partes pode extrair vantagens da outra, gerando assim uma operação não eficiente a ambos os agentes.

Segundo Carvalho (2007), considera-se que normalmente as instituições financeiras têm vantagens na coleta e processamento de informações que não são acessíveis a grande parte dos clientes potenciais, especialmente aqueles de menor renda e nível de educação. Assim, a assimetria de informações normalmente tende a prejudicar principalmente o cliente dos bancos, mais precisamente os pequenos clientes, pois não possuem muito poder de escolha e recebem menor atenção dos funcionários dos bancos. Por outro lado, o tomador de empréstimo não necessita revelar o real destino do recurso a instituição, fazendo com que a instituição perca a possibilidade de cobrar mais pela concessão, dado que riscos possam ter sido omitidos pelo tomador.

Em algumas ocasiões, os aplicadores de recursos em instituições financeiras, não estão aptos a ler os contratos financeiros, ou nem mesmo possuem capacidade de avaliar os riscos e retornos envolvidos nos pacotes adquiridos. Com isso, desenvolveu-se a medida que o sistema financeiro foi se sofisticando e modernizando, a necessidade de criação de normas regulatórias de proteção ao consumidor de serviços financeiros. Estas medidas buscam uma maior transparência das informações e tornar as informações mais acessíveis ao público.

2.4 Regulação e eficiência dos mercados

As medidas de regulação prudencial utilizadas nos sistemas financeiros das economias modernas de mercado possuem a missão de conter ações que sejam ameaçadoras a segurança do sistema financeiro, ações que de alguma forma poderiam ser realizadas se não houvesse a ausência desses limites. A regulação aplicada então tira de fato a liberdade e limita o escopo de escolha privada das instituições, porém não seria aplicada se não existissem possíveis comportamentos perigosos ao sistema financeiro por parte das instituições bancárias. As medidas regulatórias são certamente distorsivas, mas se justificam ao passo que as instituições bancárias já operam de forma desta maneira.

Segundo Carvalho (2007), o argumento para as medidas de regulação prudencial seria:

“O argumento é de que, por exemplo, no caso da regulação prudencial, os mercados não seriam capazes de avaliar o benefício de suas operações para a sociedade, de forma que é necessária a criação de instrumentos que garantam a produção contínua desses benefícios. Esses instrumentos, por sua vez, podem acabar sendo percebidos como incentivos à adoção de estratégias que se revelem em si mesmas, excessivamente arriscadas, justificando a criação de limites à ação privada.” (CARVALHO, 2007, p. 274).

Desta forma, a regulação mesmo distorcendo o comportamento privado em algumas situações acaba introduzindo distorções compensatórias se bem aplicadas.

2.5 Estratégias de regulação financeira

Principalmente a partir da década de 80, padrões de regulação e suas práticas que haviam sido intocáveis por um longo período, passaram a ter sua eficácia posta em dúvida. A capacidade de coibir comportamentos perigosos ao sistema, a flexibilidade para a adequação e atualização das transações financeiras e as inovações institucionais que mudaram significativamente as instituições bancárias e o setor, tiveram que evoluir e mudar os processos de regulação adotadas nas principais economias. Assim, é possível hoje observar esta evolução da regulação financeira e suas transformações.

2.5.1 Regulação de balanços

O controle direto sobre as operações dos bancos se constitui pela primeira das medidas de regulação aplicadas nas economias de mercado no mundo. Este tipo de regulação visava segmentar as áreas de atuação dos bancos, e fazia a imposição de indicadores quantitativos determinados para operações julgadas adequadas.

Com relação às medidas de segmentação dos bancos, é importante citar o exemplo norte americano. As entidades regulatórias decretaram que os bancos só poderiam atuar em um segmento de atividade, assim, os bancos só poderiam possuir carteiras de uma categoria, tal como de banco comercial ou de banco de investimento.

Já ao que tange as medidas quantitativas, índices de liquidez baseados na disponibilidade de reservas primárias e secundárias que permitissem honrar saques de depositantes eram as principais medidas de regulação.

Essas medidas de regulação prudencial focadas em balanço e preocupadas com liquidez, buscavam preservar a liquidez necessária para o sistema de depósitos a vista, aplicando limites às aplicações dos bancos e estimulando as instituições a formarem reservas de capital condizentes com as possíveis demandas de saque por parte do público.

2.5.1.1 O balanço de um Banco Comercial

Os balanços dos bancos comerciais mostram a composição das fontes de recursos, podendo ser composta por depósitos à vista, à prazo, empréstimos tomados no exterior, auxílios do Banco Central via redescontos entre outras, constituindo assim o passivo bancário. O ativo mostra as aplicações e direitos, sendo normalmente constituído por empréstimos ao setor privado, encaixe, títulos públicos e privados, imobilizado bancário entre outras.

Quadro 1: Balanço hipotético de um Banco Comercial

Ativo	Passivo
(1) Empréstimos	<i>Passivo Monetário</i>
(2) Reservas Bancárias	(6) Depósitos à vista
(3) Títulos públicos e privados	<i>Passivo não monetário</i>
(4) Imobilizado	(7) Depósitos a prazo
(5) Outras aplicações	(8) Empréstimos internos e do exterior
	(9) Redescontos e empréstimos
	<i>Patrimônio Líquido</i>
	(10) Capital Social
	(11) Reservas de Capital
	(12) Reservas de Lucros
Total do Ativo	Total Passivo e PL

Fonte: Elaboração própria.

2.5.2 Coeficientes de capital

Com o desenvolvimento das operações financeiras e dos modos de operação das instituições financeiras, os sistemas de regulação de balanços passaram a se tornar obsoletos. As estratégias de diversificações de captação de recursos por parte dos bancos diminuíram a importância dos depósitos à vista no passivo bancário total, assim as regulações antes praticadas passaram a ser tornar de fato menos eficazes, dado que focavam em indicadores relacionados a depósitos.

Foi crescendo nos sistemas financeiros uma ideia de risco diferente nas últimas décadas, o modo pelo qual o mercado controlaria a ação das instituições financeiras passou a ser o centro dos debates. A segurança do sistema agora, se constituiria em evitar que as instituições financeiras assumissem riscos desnecessários. Desta forma o que poderia apresentar um perigo ao sistema financeiro seria o risco excessivo assumido por parte dos bancos. De acordo com Carvalho (2007), o objeto de regulação prudencial deveria ser a estratégia ativa dos bancos, mais do que o perfil de seus passivos como no método anterior. Seria preciso introduzir incentivos que compensassem aqueles que estimulassem o risco excessivo.

Nesta linha, foi estabelecido em 1988 o Acordo de Basileia, o qual fez com que os países aceitantes introduzissem normas regulatórias estabelecendo coeficientes de capital mínimos em relação a seus ativos ponderados por seus riscos aos bancos. Conforme Carvalho (2007), cada banco deveria constituir capital próprio em valor proporcional às suas aplicações, esta proporção dependeria do risco reconhecido em cada categoria de crédito dentro de detalhada lista preparada nas conversações entre reguladores na Basileia e adaptada às condições de cada país que aderisse ao acordo. O objetivo do Acordo de Basileia era induzir os bancos a comprometer seu capital próprio com os seus ativos, fazendo com que eles ao aceitarem riscos maiores em aplicações, seriam obrigatoriamente responsáveis de uma maior forma pelas perdas. Desta forma, um novo padrão de regulação se instaurou nos sistemas financeiros, agora as entidades

regulatórias deixavam de lado a análise detalhada dos balanços e liberalizariam a atividade bancária sempre que os requisitos mínimos de capital fossem cumpridos.

2.5.3 Auto-regulação como estratégia

A auto-regulação acabou se tornando a partir da década de 90 a estratégia mais prática a se aplicar em um ambiente de rápida mudança nas operações financeiras, que ocorriam devido às inovações institucionais que vinham acontecendo com os bancos. Consolidou-se a ideia de que a regulação prudencial deveria se voltar às estratégias de investimento dos bancos, dado que elas é que definiam o grau de risco escolhido, e não as características de cada tipo de ativo isoladamente. De acordo com Carvalho (2007), partiu-se do suposto de que seria impossível retornar a um sistema de regulação e supervisão mais detalhista, que pudesse ser resumido em um conjunto dado de indicadores como os coeficientes de capital fixados anteriormente pelos reguladores no Acordo de Basileia, assim chegou-se a um consenso favorável em relação à auto-regulação.

Na auto-regulação, seria responsabilidade dos próprios bancos definir a estratégia de avaliação e tratamento de riscos, materializando-se em estratégias de controle baseadas em modelos quantitativos que seriam aprovados pelas entidades regulatórias. Segundo Carvalho (2007), vários tipos de modelos voltados para o cálculo dos riscos envolvidos em cada estratégia utilizada pelos bancos foram criados, sendo conhecida a principal família de modelos como VAR (*value at risk*), o qual calcularia as perdas a serem incorridas em caso de evento adversos previsíveis. Os coeficientes de capital seriam então estabelecidos em função deste valor colocado em risco por uma dada estratégia. Em complemento aos modelos de VAR, que podem ser ineficientes em alguns momentos por se prenderem apenas a dados de volatilidade passada dos mercados, desenvolveu-se novos modelos chamados testes de resistência (*stress tests*). Estes testes segundo Carvalho (2007), consistem em determinar quais as perdas que seriam sofridas por uma instituição com determinada carteira não apenas nas condições normais de volatilidade, isto é, aquelas derivadas da experiência passada, mas também em

circunstâncias particularmente graves, a serem concebidas pelos estrategistas de cada instituição financeira.

3. OS ACORDOS DE BASILEIA

3.1 Banco para compensações internacionais (Bank for International Settlements) – BIS

O BIS foi fundado em 1930 devido à conferência de Haia, Holanda, que tratava da negociação dos ônus da 1ª Guerra Mundial atribuídos à Alemanha. O BIS é tratado como a mais antiga das organizações financeiras internacionais, tendo sua sede atual localizada na cidade de Basileia, na Suíça.

Segundo Assaf Neto (2011), o objetivo desta instituição é o de manter relações de cooperação entre os bancos centrais do mundo, de maneira a incentivar as operações financeiras internacionais, facilitar as transações e estabilizar a moeda no mundo. Sempre que necessário, o BIS costuma participar de forma direta aportando recursos, e indireta organizando o apoio financeiro de toda iniciativa de recuperação financeira do sistema financeiro internacional. O BIS atua também em programas de apoio financeiros a países emergentes.

O BIS buscando seu objetivo de promover a estabilidade financeira mundial coordena comitês e organizações com elevado grau de autonomia, tais como:

- Comitê de Basileia de Supervisão Bancária;
- Comitê do Sistema Financeiro Global;
- Comitê do Sistema de Pagamentos e Recebimentos;
- Comitê de Mercado.

Por ser o apoiador dos bancos centrais e organizações internacionais financeiras em todo o mundo, o BIS é considerado e nomeado também como o “banco dos bancos centrais”.

3.2 Comitê de Basileia

O Comitê de Basileia é a principal instituição global de regulamentação prudencial dos bancos e proporciona um fórum para a cooperação em matéria de supervisão bancária. Seu intuito é fortalecer a regulação, supervisão e práticas bancárias em todo o mundo com o objetivo de reforçar a estabilidade financeira (BIS, 2012). O Comitê de Basileia situa-se atualmente no BIS em Basileia e tem suas publicações entendidas como propostas de normas de conduta e diretrizes de supervisão, estimulando sua adoção em todos os mercados. O Comitê de Basileia não possui nenhuma força legal. Sua primeira grande elaboração veio a ser o importante documento chamado Acordo de Capital de Basileia em 1988, mais conhecido como Acordo de Basileia I, fruto de um processo de negociação com os principais bancos centrais do mundo.

3.3 Acordo de Basileia I

O documento chamado Acordo de Basileia I, criado em 1988 pelo Comitê de Basileia foi destinado a regulamentar os capitais dos bancos em todo o mundo. O acordo promoveu a eliminação de diversas regulamentações presentes nos bancos internacionais que promoviam diferentes vantagens competitivas. O documento propunha regras voltadas à adequação do capital próprio dos bancos em todo o mundo ao novo ambiente dos mercados financeiros, estabelecendo uma capitalização mínima nas instituições bancárias. Apesar de esse primeiro acordo firmado ter sido apenas um tratado de intenções, foi amplamente aceito pelos mercados e tornou-se uma referência para todos os bancos com atuação global. Os bancos centrais signatários do documento conseguiram transformar em leis, em seus respectivos países, as recomendações firmadas, contribuindo para a estabilidade e solidez das instituições financeiras.

O Acordo de Basileia I definiu critérios de mensuração principalmente no que tange a risco de crédito e risco de mercado, e definiu assim um capital próprio mínimo necessário aos bancos para financiar seus ativos de risco. Desta forma, o próprio Comitê

propôs um capital próprio mínimo de 8% calculado sobre os ativos ponderados pelo risco (RWA) mantidos pelos bancos.

Segundo Assaf Neto (2011), esta regulamentação sobre a adequação do capital dos bancos em relação ao ativo ponderado pelo risco, denominada “índice de capitalização dos bancos” (Capital Próprio/Ativos ponderados pelo risco), tem por objetivo proteger os depositantes de:

- Volatilidade dos indicadores econômicos internacionais;
- Crises das instituições bancárias;
- Surgimento de novos instrumentos financeiros no mercado, mais sofisticados e complexos, tais como derivativos e securitizações;
- Exposição dos bancos a riscos decorrentes de novas oportunidades de negócios.

Assim, quanto maior for o Índice de Basileia de um determinado banco, menor é a sua probabilidade de insolvência. Alguns bancos podem ter índices mais baixos buscando maior rentabilidade, porém estariam convivendo com maiores riscos de insolvência.

De acordo com Costa (2010), a preocupação maior que norteou o Acordo de Basileia I, ao propor um ajuste no capital próprio dos bancos na proporção de suas aplicações, era de privilegiar a solvência das instituições financeiras e a estabilidade do sistema financeiro internacional. Outro objetivo perseguido também pelo acordo era o de criar referências comparativas internacionais, dado que havia bancos em alguns países que operavam muito mais alavancados do que bancos em outros países, gerando assim um desnivelamento competitivo entre esses bancos.

Pode-se definir que o Acordo de Basileia I instaurou três conceitos no setor bancário:

- *Capital Regulatório*, que representa o capital próprio mínimo necessário para a proteção de ativos de risco;
- *Ativos Ponderados pelo Risco*, que são calculados pela aplicação de fatores de ponderação sobre os ativos expostos à risco. A ponderação seria elaborada por pesos definidos pelo regulador;

- *Índice de Basileia*, sendo a relação entre o capital regulatório e os ativos ponderados pelo risco. De forma mais simples, se o índice calculado de capital para cobertura do risco for de no mínimo 8%, conclui-se que o capital próprio do banco é adequado para a cobertura dos riscos de crédito.

3.4 Acordo de Basileia II

Em junho de 2004, é oficialmente publicado pelo Comitê de Basileia o documento chamado “Convergência Internacional de Mensuração e Padrões de Capital: uma Estrutura Revisada”, que ficou mais conhecido como Acordo de Basileia II, e que buscava aprimorar algumas pendências que o primeiro acordo não conseguiu alcançar.

Conforme Mendonça (2004), as justificativas do Comitê da Basileia para a revisão do acordo original foram de que não havia o estímulo para a construção de métodos internos de avaliação de riscos e pelo fato de que não levavam em consideração as demais fontes de risco na mensuração do capital mínimo necessário para a segurança do sistema.

O Acordo de Basileia II se apresentava então de forma mais abrangente e complexa que o anterior, e foi ao passo que se verificava mudanças no sistema financeiro internacional, introduzindo mudanças. O acordo refletia a preocupação com uma maior transparência das operações, com a redução de assimetria de informações dos mercados, e com a adoção de melhores práticas de gestão de riscos.

Pode-se resumir o acordo em três grandes pilares de acordo com Assaf Neto (2011),

- PILAR I, Exigência de capital mínimo para os bancos;
- PILAR II, Melhores práticas de gestão de riscos;
- PILAR III, Disciplina de mercado.

3.4.1 Pilar I

O Pilar I constitui-se na exigência de capital mínimo para os bancos, buscando visar à cobertura de riscos envolvidos em cada ambiente de negócios. Esta exigência se pauta principalmente nas categorias de risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Aqui, foi introduzido o risco operacional no capital mínimo, sendo determinado por cálculos via modelos matemáticos de eventuais perdas, erros ou fraudes na atividade bancária. Esta introdução do risco operacional no cálculo do capital mínimo foi uma das principais mudanças no Basileia II, dado que o acordo anterior só considerava o risco de crédito e de mercado.

O novo Acordo de Basileia manteve o mesmo percentual mínimo estipulado de capital próprio em 8%, só que agora incluindo o risco operacional na formulação do cálculo. O quadro 2 abaixo mostra como a capitalização é então considerada no Acordo de Basileia II.

Quadro 2: Cálculo da capitalização necessária no Basileia II.

$$\frac{\text{Capitalização}}{\text{Risco de Crédito} + \text{Risco de Mercado} + \text{Risco Operacional}} = 8\%$$

Fonte: Assaf Neto (2011)

3.4.2 Pilar II

De acordo com Assaf Neto (2011), o Pilar II caracterizado pelas atribuições a “Melhores práticas de gestão e riscos”, foi uma proposta de revisão contínua da adequação de capital e demonstrou a necessidade de implantação de sistema de controles internos nas instituições financeiras, buscando a autorregulação. Com a prática de controles internos via modelos matemáticos, as instituições bancárias passariam a

poder colaborar também na fiscalização, elevando a confiança do mercado no sistema financeiro. A fiscalização, de acordo com o documento divulgado no acordo, deveria antecipar-se a qualquer desvio na gestão de riscos, intervindo para evitar que a instituição ficasse com capital insuficiente para suportar os riscos.

3.4.3 Pilar III

O Pilar III, voltado a “Disciplina de Mercado”, objetivou reduzir a assimetria informacional. O Pilar III estabeleceu padrões em relação à divulgação de informações relevantes, incluindo o modelo de gestão dos riscos, as formas como as instituições calculam suas exigências de capital, e também modelos de avaliação, gestão e controle dos seus riscos de crédito, mercado e operacional. Com isso, buscou-se permitir que os agentes do mercado tivessem pleno acesso as informações para poderem avaliar o perfil das instituições, combatendo assim a assimetria de informações existente na atividade bancária.

Todas as informações relevantes, que se omitidas trariam de alguma forma prejuízo aos agentes, devem ser divulgadas de acordo com uma periodicidade fixada pela instituição. Conforme o acordo, os bancos poderiam manter em secreto as informações confidenciais.

3.5 Acordo de Basileia III

O Acordo de Basileia III foi um conjunto de propostas de reforma da regulação bancária, no intuito de revisar o documento do Basileia II e propor novas iniciativas. Após a crise do subprime nos Estados Unidos em 2008, o Comitê de Basileia estudou novas formas de atuação e rigidez, visando fazer as correções necessárias no acordo proposto anteriormente, e buscar uma maior adequação a situação conjuntural da época. Assim em dezembro de 2010, a partir de um conjunto de iniciativas propostas pelo Comitê de Basileia em conjunto com o Fórum de Estabilidade Financeira (Financial

Stability Board) e pelo G20, foi publicado o documento que revisaria o Acordo de Basileia II e viria assim a se constituir como Acordo de Basileia III.

A mudança no acordo foi feita devido à constatação do crescimento excessivo das operações de securitização, dos valores apresentados nos balanços dos bancos, e também de valores fora dos balanços, derivativos, por exemplo, ao mesmo tempo em que o nível e a qualidade dos recursos próprios destinados a cobrir os riscos caíam.

O Basileia III propõe aos bancos reforçarem suas reservas de capital para poderem fazer frente a possíveis crises. Dentre outros elementos na nova proposta do acordo, vale ressaltar a busca por regras mais rígidas na elegibilidade de instrumentos a serem considerados no capital, reduzir a pró-ciclicidade por meio de parcelas adicionais de capital, introduzir novos padrões de gestão de liquidez com testes de estresse propostos e complementar o requerimento de capital baseado em risco com um índice de alavancagem.

Foram feitas novas definições do capital que compõe o Patrimônio de Referência (PR). O capital Nível I passa a ser composto pelo Capital Principal (Common Equity Tier 1) e o Capital Adicional (Additional Tier 1), adicionando valores que garantam capacidade de absorver perdas em choques da economia. O Nível II passa a ser constituído de elementos de absorção de perdas em caso de inviabilidade do funcionamento da instituição. O Capital Principal, será formado pelas contas, capital social (ações ordinárias e preferenciais não resgatáveis) e por lucros acumulados. O Capital Adicional vai ser formado por instrumentos híbridos de capital e dívida.

As mudanças solicitadas pelo Comitê de Basileia definem que o Capital Nível I (Tier I) passará dos 4% para 6% até 2015. Além disso, os bancos teriam que reajustar dois “colchões de capital” entre o período de 2016 a 2019, no objetivo de estarem preparados para enfrentarem uma possível crise. Esses colchões de capital seriam separados em um “colchão de conservação de capital” e outro “colchão contracíclico de capital”.

O “colchão de conservação de capital” deverá ser equivalente a 2,5% dos ativos ponderados pelo risco, assim o capital de alta qualidade adicionado ao colchão de conservação passaria para 7% em 2019. Quanto à exigência mínima de capital total, continua sendo de 8%, porém considerando a aplicação do colchão de conservação,

passará para 10,5%. Os bancos em algumas situações poderão utilizar os recursos deste colchão, no entanto, se o banco estiver operando próximo do percentual mínimo exigido, obrigatoriamente vai ter que reduzir a distribuição de dividendos. Desta forma o Comitê pretende inibir o pagamento de dividendos grandiosos em situações de deterioração de capital.

Já em relação ao “colchão contracíclico de capital”, caracterizado pelo capital de alta qualidade, ficará entre 0% e 2,5% e poderá ser configurado de acordo com a regulação de cada país que aderiu ao acordo. Esta reserva de capital protegerá os bancos em períodos de expansão de crédito. Deste modo, se considerados os dois colchões, o capital mínimo requerido pode alcançar os 13% dos ativos ponderados pelo risco.

As aplicações para o Nível II de capital se classificam como: Reservas não divulgadas, provisões gerais, instrumentos híbridos de capital e dívida subordinada.

3.6 Patrimônio de Referência (PR)

No Brasil, o patrimônio de Referência (PR) é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições e conglomerados financeiros e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nos termos da Resolução do CMN nº 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, o Patrimônio de Referência é composto basicamente pelo somatório do capital de nível I e do capital de nível II, com as deduções previstas naquele instrumento normativo.

4. CRISE DO SUBPRIME

Oitenta anos após o início da Grande Depressão¹ que atingiu severamente a economia norte americana, outra grande crise alastrou-se nos Estados Unidos e se espalhou pelo mundo. A chamada crise do subprime, iniciada no fim de 2007 e estourada ao longo do segundo semestre de 2008, iniciou-se em um setor específico do sistema bancário norte americano, atingiu todo o sistema financeiro, e por fim teve impactos fortes na economia real, como aumento de desemprego e queda do nível de produção principalmente nos Estados Unidos e em outros países mais expostos aos ativos do subprime.

A crise do subprime tem em suas raízes, excessos cometidos nos mercados de crédito dos bancos norte americanos. De acordo com Gonçalves e Rodrigues (2009), a crise deve-se principalmente a:

- Deficiências no arcabouço legal regulamentando seu funcionamento;
- Uma política monetária muito frouxa, com juros demasiadamente reduzidos;
- Excesso de confiança dos emprestadores e tomadores, devido a um processo de alta ininterrupta dos preços dos imóveis que serviam de garantia real para muitos empréstimos.

Segundo Gonçalves e Rodrigues (2009), a crise tem seu embrião já logo após a recessão de 2001/2002 nos Estados Unidos. Para estimular a economia após este momento recessivo, o Federal Reserve, banco central norte americano, executou uma expressiva redução de juros, de 6% ao ano para 1% ao ano. Com isso, os poupadores e bancos privados na busca de uma maior rentabilidade para suas aplicações iniciaram um processo de realocação do dinheiro, direcionando-o de investimentos seguros, mas que tinham baixíssima rentabilidade, para investimentos mais arriscados, que poderiam oferecer retornos maiores. Como consequência desse movimento, o risco sistêmico, ou seja, o grau de vulnerabilidade do sistema financeiro norte americano foi se elevando.

¹ Crise econômica de 1929 nos Estados Unidos

A crise do subprime teve seu epicentro no mercado de crédito imobiliário. Foi caracterizada como crise do “subprime” devido à fatia do mercado de crédito imobiliário composta por devedores menos qualificados e na qual as taxas de juros eram mais elevadas.

Em um ambiente de baixa rentabilidade para os poupadores, os bancos para manterem sua clientela intacta, passaram a fazer empréstimos imobiliários para devedores com menor capacidade de repagamento, mas que estavam dispostos a pagar juros contratuais mais elevados. Ao passo que os juros eram pagos pelos tomadores os bancos e depositantes iam se beneficiando, porém se instaurava aí um aumento do risco em todo o sistema financeiro. Desta forma o aumento a exposição ao risco na concessão de empréstimos teve inicialmente o intuito de rentabilizar as aplicações dos seus depositantes.

Segundo Freitas e Cintra (2008), os bancos que faziam esses empréstimos imobiliários em certa medida, buscavam se proteger do risco de calote. Para isto, os bancos utilizavam o mecanismo da “securitização”, ou seja, ao mesmo tempo em que emprestavam dinheiro para algum comprador de imóvel, eles vendiam para outros agentes financeiros o direito sobre esses empréstimos, passando pra frente assim parte do risco do empréstimo por eles gerado.

A “securitização” é em muitas vezes algo positivo no sistema financeiro, pois ajuda a dissipar os riscos entre vários agentes da economia. O problema no caso da crise financeira segundo Gonçalves e Rodrigues (2009) foi que, quem comprava essa dívida securitizada, era, em geral, outra instituição do mercado financeiro. Desta forma, o risco não saía do sistema financeiro, saindo apenas do banco gerador, e passando para outro banco. Mais além, dado que o banco gerador de fato não era quem ficava efetivamente com o risco do empréstimo, pois ele o securitizava, seus incentivos a selecionar com cuidado para quem emprestar eram claramente insuficientes.

Conforme Gonçalves e Rodrigues (2009) a crença por parte dos bancos de que no caso de uma crise sistêmica o governo auxiliaria os bancos, de alguma forma fizeram os bancos a se preocuparem menos do que deveriam com a possibilidade de a inadimplência vir a se elevar significativamente.

Dentre estes fatores citados anteriormente, alia-se um fator imprescindível para o estouro da crise. Este fator se caracteriza pela trajetória dos preços dos imóveis nos Estados Unidos. Os valores dos imóveis vinham crescendo ininterruptamente ao longo de muitos anos, como resultado dos juros baixíssimos. Assim, os empréstimos para aquisição de casas pareciam de certa forma seguros, dado que se o devedor não repagasse o empréstimo, o banco poderia tomar para si o imóvel na justiça norte americana e vendê-lo a um bom preço no mercado, minimizando o custo do calote.

No entanto, a partir de 2004, os juros voltaram a ser elevados por parte do Federal Reserve em virtude do aumento da inflação. As taxas de juros então em alguns anos voltaram aos níveis de 6%, fazendo com que muitos daqueles devedores com menor capacidade de repagamento, que pegaram empréstimos a taxas bem menores anteriormente não conseguissem mais honrar com seus compromissos. Conforme Freitas e Cintra (2008), na outra ponta da operação, os bancos vislumbrando um diferente cenário, com crescimento de inadimplência, reagiram cortando bruscamente o crédito para novos financiamentos de imóveis. Além disso, os bancos se adiantaram para se desfazer das casas dos devedores inadimplentes, colocando-as a venda. Em decorrência desses acontecimentos, os preços dos imóveis nos Estados Unidos inicialmente desaceleraram sua trajetória de alta, e logo depois começaram a despencar, estourando a bolha imobiliária.

A partir da queda abrupta dos preços dos imóveis, citam Gonçalves e Rodrigues (2009), aumentaram os calotes nos empréstimos imobiliários norte americanos, pois em vários casos, tornava-se mais viável financeiramente o devedor não pagar o empréstimo e entregar ao banco seu imóvel, que agora, passaria a valer menos que a dívida assumida. Em seguimento do aumento dos calotes, ocorreu uma nova rodada de corte de crédito por parte dos bancos, com nova queda do preço dos imóveis, gerando um círculo vicioso que se espalhou para outros setores do mercado financeiro, e devido à interligação e globalização financeira, este problema se alastrou mundialmente.

Analisa Gonçalves e Rodrigues (2009), que o ambiente de crise financeira do subprime foi gerado pela frágil regulamentação das atividades dos bancos norte americanos por parte dos órgãos regulatórios, e pela forte alta dos preços dos imóveis nos Estados Unidos. Isso gerou um ambiente de excesso de confiança tanto nos

credores, como nos devedores, que alimentaram as tomadas de decisões que geraram a crise financeira do subprime.

5. SETOR BANCÁRIO BRASILEIRO

5.1. Formação e contextualização histórica

Com a vinda da Corte Portuguesa ao Brasil devido às invasões napoleônicas, se instaurou no país um conjunto de ações e medidas que visavam à criação de produtos manufaturados. Assim conforme Costa Neto (2004), em um Ato Real baixado por D.João VI em 1808, surgiu a primeira instituição financeira oficial no Brasil, na época ainda Império Português. Foi criado então o primeiro Banco do Brasil, instituição que seria controlada administrativamente por pessoas indicadas pelo rei e passaria a emitir notas bancárias que organizariam o meio circulante do Império Português no Brasil. O então Banco do Brasil fazia parte da pequena lista dos quatro bancos emissores no mundo, se juntando aos Bancos da Suécia, Inglaterra e França.

Com a proclamação da independência no Brasil em 1822, o Banco do Brasil foi a instituição que apoiou financeiramente gastos que auxiliaram no processo de independência. O então Banco do Brasil acabou sendo liquidado em 1829, devido a acusações de que a sua gestão teria contribuído com a má situação financeira do Brasil.

Surge um novo Banco do Brasil em 1853, determinado pela lei de 5 de julho, resultado da fusão do Banco do Brasil criado por Mauá (1851) e do Banco Comercial do Rio de Janeiro (1838). O novo Banco do Brasil torna-se assim a instituição responsável pela emissão do papel moeda no país.

Em 1857 foram criados em alguns estados, pequenos bancos de emissão, fazendo com que o Banco do Brasil não fosse mais o responsável exclusivo para esta atividade. Porém em 1860 os administradores do Império Brasileiro resolveram promulgar a lei da Reforma Bancária, que acabaria com a emissão de moeda com base em metais preciosos restringindo também a circulação de moeda. Isto resultou na volta da exclusividade de emissão de papel moeda por parte do Banco do Brasil em 1863.

O setor bancário brasileiro é reforçado com a criação da Caixa Econômica e do Monte de Socorro do Rio de Janeiro em 1861, essas duas instituições resultariam na atual Caixa Econômica Federal.

De acordo com Costa Neto (2004), o contexto do setor bancário ao fim do século XIX baseava-se em uma forte concentração dos depósitos nas agências dos bancos localizadas no Rio de Janeiro, cerca de 80% dos depósitos do país estavam lá depositados por volta de 1888. As atividades agrícolas eram a principal fonte de demanda por moeda até então, desta forma, em períodos de safras positivas, a moeda se tornava escassa e as taxas de desconto bancárias se elevavam, dificultando a realização de empréstimos e ao mesmo tempo se inviabilizava uma expansão de crédito na economia.

Com a proclamação da República, Rui Barbosa, então responsável pela pasta da Fazenda, insatisfeito com o setor bancário, suas limitações de crédito e falta de moeda, estruturou uma reforma bancária em 1890 que estabeleceria emissões lastreadas em apólices da dívida pública no intuito de extinguir a dívida interna em títulos do governo em um prazo determinado. Foram criados bancos de capital privado para organizar de melhor forma este novo sistema bancário. Esses bancos de capital privado ficariam responsáveis pela emissão de notas inconversíveis em regiões bancárias exclusivas. O plano de Rui Barbosa resultou em uma forte expansão do nível de crédito e do número de entidades emissoras. Porém, ao mesmo tempo em que o objetivo era suprir de moeda a economia para que fossem pagos os assalariados e estimular a criação de novas empresas, esses recursos foram em muitos casos deslocados para negócios fictícios o que gerou inflação e especulações. Uma crise se instala em 1892 devido ao aumento exacerbado do valor dos ativos do Banco do Brasil.

O governo brasileiro na época incentivou a fusão do Banco do Brasil com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breurb), resultando no Banco da República do Brasil (BRB) em 1892. O intuito desse novo banco era suavizar os efeitos da crise. O banco ficaria encarregado do serviço da dívida interna nacional e com o direito exclusivo de emissão. O governo também ajudou por meio de empréstimos lastreados em emissões do Tesouro. Já em 1905, o governo federal passou a deter 50% do capital do BRB e reestruturou o banco, passando a ser chamado novamente de Banco do Brasil.

A última década do século XIX e os primeiros anos do século XX foram marcados por recessão na economia, o setor bancário então foi afetado e a expansão do setor ficou lenta. Em 1906 a adoção do padrão ouro pelo Brasil, pôde permitir a estabilização da economia e a expansão das agências em território nacional. Assim no período entre 1906 e a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o setor teve a oportunidade de se consolidar e se organizar de uma melhor forma.

Já entre a Primeira Guerra Mundial e o ano de 1929 como afirma Costa Neto (2004), o sistema monetário do país se aperfeiçoou, com a criação da Carteira de Redesconto (Cared) e as Câmaras de Compensação no BB, que abriram caminho para a expansão da moeda escritural e a redução dos encaixes e maior segurança do sistema. O setor então se aproveita de um ambiente econômico um pouco mais favorável, com uma ruptura com o mercado internacional e aumento da confiança dos bancos nacionais, tudo isso pautado por políticas de intervencionismo por parte do governo e uma política monetária de cunho expansionista. Neste período ainda, a consolidação do setor bancário brasileiro é também respaldada por iniciativas privadas, que resultaram em grandes bancos de capitais privados que tiveram relevante influência no desenvolvimento do setor no país e da economia como um todo. Neste período, vale destacar a fundação da Seção Bancária da Casa Moreira Salles em 1924, na cidade de Poços de Caldas, pelo então comerciante João Moreira Salles que tinha em seu currículo atividades de correspondente bancário no sul de Minas Gerais. Em 1940 a instituição passou a se chamar Banco Moreira Salles e em 1967 viria a se fundir com o Banco Agrícola Mercantil, gerando a União de Bancos Brasileiros, mais conhecida como Unibanco. Também neste mesmo período, mais precisamente no ano de 1925, é fundado o Banco da Lavoura de Minas Gerais, na cidade de Belo Horizonte, que posteriormente em 1971 viria se chamar Banco Real.

Mais tarde, já na década de 40, outros grandes conglomerados financeiros vêm a ser criados. É válido destacar as fundações do que viriam a ser os dois grandes bancos de capital privado nacional no país, responsáveis por boa parte do volume de crédito cedido na economia brasileira e pelo seu consequente desenvolvimento. Em 1943, na cidade de Marília, Amador Aguiar aproveitou sua experiência no Banco Noroeste e a aplicou em uma região a qual possuía grande movimentação de riquezas, principalmente pelas abundantes colheitas de café. Assim criou o Banco Brasileiro de Descontos, com a sigla “Bradesco” que viria a se tornar sua razão social no futuro e atualmente um dos

dois maiores bancos de capital nacional privado do Brasil. No ano de 1944, é criado em São Paulo o Banco Itaú S/A por fundadores paulistas e mineiros. O banco que viria a ser o maior banco de capital privado do Brasil na atualidade passou por inúmeros processos de fusões e incorporações, desde a fusão com o Banco Federal de Crédito em 1964, a fusão com o Sul Americano do Brasil em 1966, a compra do Banco América em 1969, a incorporação do Banco Português e do Banco de União Comercial em 1973, e a fusão com o Unibanco em 2008.

O Banco do Brasil até o ano de 1945 tinha como uma de suas funções principais, a atuação de banco dos bancos, fazendo assim o papel de banco central no Brasil. A fim de descentralizar essas funções foi criada a Superintendência da Moeda e do Crédito, passando a ser a instituição responsável pela política monetária.

O governo brasileiro em 1964 baixou a lei da Reforma Bancária, estabelecendo a criação do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), com o intuito de segmentar o sistema financeiro, fazendo com que as instituições financeiras se especializassem e fizessem vínculos entre captações e aplicações de recursos. A Reforma Bancária permitiu o surgimento de mais grupos financeiros de vários tamanhos, operando em escala nacional. No entanto, com o desenvolvimento das atividades bancárias e o aperfeiçoamento das transações financeiras que englobavam os diversos setores do sistema financeiro como um todo, a manutenção desse sistema que atuava de forma separada juridicamente passou a ficar mais cara, pois mesmo quando as instituições eram do mesmo conglomerado haviam que operar separadamente em termos jurídicos.

Ocorre então um relevante processo de fusões e aquisições no setor bancário brasileiro no começo da década de 70, iniciando aí o processo de consolidação dos grandes conglomerados financeiros. De acordo com Costa Neto (2004), em 1964 havia 336 bancos comerciais no país, já em 1974 este número se reduziu para 109.

Em consequência da lei promulgada Reforma Bancária, um processo de reorganização do sistema financeiro e bancário se instaurou no país regido pelo governo militar. Dividiu-se o sistema financeiro em duas partes: o sistema monetário (Banco do Brasil e Bancos Comerciais), e o sistema não monetário (Companhias Financeiras, Bancos de Investimento, Sistema Financeiro de Habitação e Bancos de Desenvolvimento).

Na década de 80, o país enfrentava diversos problemas econômicos, instabilidade das variáveis macroeconômicas, recessão econômica por anos consecuentes e alta inflação. Neste contexto econômico, as funções primordiais dos bancos, de intermediação financeira e concessão de crédito para a economia real, já não estavam funcionando de forma eficaz. Uma grande parte dos recursos disponíveis das instituições acabava por não entrar nas vias da economia real e sim nas vias dos ativos financeiros, que se valorizavam com a alta inflação.

Segundo Ramos Bezerra (2005, P. 55), o governo queria criar condições para o financiamento do crescimento econômico em um regime de estabilidade de preços, e uma das formas para conseguir esse intento foi a criação de bancos múltiplos, com maior capacidade na composição de passivos e de ativos com prazos maiores, através do fortalecimento dos grandes bancos privados nacionais, que deveriam disponibilizar recursos para investimentos de longo prazo em setores prioritários - agricultura, infraestrutura, habitação e modernização industrial. As instituições teriam que se transformar em banco múltiplo e possuir um capital mínimo exigido em substituição às cartas-patentes. No projeto de reformulação do Sistema Financeiro estava a preocupação do BACEN com a “desregulamentação” do sistema.

Com a estabilização dos preços na economia após o plano real, as transformações dos bancos em bancos múltiplos, a grande parcela de atuação dos bancos de capital privado tanto nacionais quanto estrangeiros, o fim das cartas-patentes e o ajuste dos custos internos dos bancos, o setor veio a focar na expansão de crédito, pois sua fonte de rentabilidade via valorização de títulos já não mais funcionava. Aliado a isso, o Banco Central e o Governo Federal introduziram programas como o RAET, que autorizava o Banco Central a administrar bancos problemáticos, o PROER (1995), que dividia os bancos que possuíam ativos bons em sua carteira dos que possuíam uma carteira ruim de ativos, e assim liquidava os bancos de carteira ruim, e o PROES (1996) que cedia linhas de crédito para o refinanciamento das dívidas dos estados via seus próprios bancos, depois disso, os bancos estaduais deveriam ser privatizados. Desta forma o setor iniciou um processo de concentração com fusões e aquisições, abertura a entrada de bancos estrangeiros e assim voltou a obter altas taxas de crescimento conquistando uma consolidação que permite um nível de atuação segura em termos de risco e um alto nível de rentabilidade sobre o capital.

5.2. Representatividade do setor na economia

O setor bancário brasileiro possui uma grande representatividade na economia, refletindo assim sua importância no desenvolvimento do país. A tabela 1 mostra a evolução do valor consolidado dos ativos de todas as instituições financeiras bancárias que atuam no país, seja de capital privado nacional ou estrangeiro ou bancos públicos. As instituições que entram na compilação de dados feita pelo Banco Central podem ser: Bancos Comerciais, Bancos Múltiplos com carteira comercial e de Banco de Investimento, Cooperativas de Crédito e Bancos de Desenvolvimento.

A tabela 1 abaixo nos mostra que os ativos do setor bancário nacional vêm crescendo ano a ano de forma robusta, atingindo uma taxa de crescimento composto anual (CAGR) de 2007 até 2013 na faixa de 17,03%. Desta forma a soma dos ativos do setor que representava 96,16% do PIB em 2007, alcançou a marca de 135,62% do PIB em 2013.

Tabela 1: Evolução da Representatividade dos Ativos do setor bancário brasileiro em relação ao PIB

<i>Em R\$ 1.000</i>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativos Setor Bancário	2.559.107.944	3.295.992.427	3.610.296.275	4.385.828.730	5.135.488.660	5.966.747.604	6.574.861.488
PIB	2.661.344.000	3.032.203.000	3.239.404.000	3.770.084.000	4.143.013.000	4.392.093.000	4.848.150.000
Ativos Setor/PIB	96,16%	108,70%	111,45%	116,33%	123,96%	135,85%	135,62%

Fonte: Bacen e Ipea Data

Na tabela 2 abaixo, podemos observar a representatividade dos quatro maiores bancos brasileiros em termos de ativos e depósitos em unidades monetárias, na economia. É feita esta comparação, pois serão os quatro bancos a serem analisados no decorrer do capítulo no intuito de avaliar o setor bancário brasileiro. A tabela 2 então nos mostra o valor dos ativos totais dos bancos nos fechamentos de cada ano, sua respectiva participação em relação ao setor, e também mede a representatividade dos ativos dos quatro bancos em relação ao PIB, a fim de corroborar a importância que os mesmos têm na economia. De acordo com o relatório do Banco Central “50 Maiores

Bancos”, em 2013 os quatro maiores bancos medidos pela conta “Ativos Totais” são Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Caixa Econômica Federal e Bradesco.

Tabela 2: Evolução da representatividade dos Ativos Totais dos quatro maiores bancos brasileiros²

<i>Em R\$ 1.000</i>	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Banco do Brasil	357.750.243	507.348.206	691.968.417	779.303.944	935.009.463	1.087.268.923	1.218.525.361
Participação no Setor	13,98%	15,39%	19,17%	17,77%	18,21%	18,22%	18,53%
Itaú Unibanco¹	288.768.338	631.326.674	585.603.098	720.313.868	815.220.206	951.222.533	1.027.324.008
Participação no Setor	11,28%	19,15%	16,22%	16,42%	15,87%	15,94%	15,63%
Bradesco	284.446.796	397.343.348	444.396.778	562.601.430	666.320.079	755.467.474	776.724.294
Participação no Setor	11,12%	12,06%	12,31%	12,83%	12,97%	12,66%	11,81%
Caixa Econômica	249.636.819	295.920.330	341.831.823	401.412.490	511.031.048	702.939.666	858.475.356
Participação no Setor	9,75%	8,98%	9,47%	9,15%	9,95%	11,78%	13,06%
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Ativos dos 4 maiores bancos	1.180.602.196	1.831.938.558	2.063.800.116	2.463.631.732	2.927.580.796	3.496.898.596	3.881.049.019
Ativos dos 4 maiores / PIB	44,36%	60,42%	63,71%	65,35%	70,66%	79,62%	80,05%
Participação 4 maiores no setor	46,13%	55,58%	57,16%	56,17%	57,01%	58,61%	59,03%

Fonte: Bacen e Ipea Data

De acordo com a tabela acima é possível observar que os quatro principais bancos brasileiros, dois bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica) e dois de capital nacional privado (Bradesco e Itaú), possuem uma alta representatividade tanto no setor bancário nacional quanto em relação ao PIB. No ano de 2013, a soma do valor dos ativos desses quatro principais bancos alcançou um valor equivalente a 80% do PIB de 2013, e também representou 59,03% do total de ativos do setor bancário nacional. Isso reforça que os quatro principais bancos podem servir de parâmetro para refletir uma análise do setor bancário nacional e também indica uma forte concentração de mercado no mesmo.

² Em 2008 o grande aumento do valor dos ativos do Itaú é devido à fusão com o Unibanco ocorrida em 2008.

5.3. Os principais bancos

A tabela 3 abaixo nos mostra a lista dos 10 maiores bancos por Ativo Total ao fim do ano de 2013, de acordo com o relatório “50 maiores bancos” do Banco Central.

Tabela 3: Maiores Instituições Financeiras do Brasil por Ativo Total em dezembro/2013 (em R\$ 1.000)

Instituições	Controle	Ativo Total em R\$ 1.000
Banco do Brasil	Público Federal	1.218.525.361
Itaú Unibanco	Privado Nacional	1.027.324.008
Caixa Econômica	Público Federal	858.475.356
Bradesco	Privado Nacional	776.724.294
Santander	Privado com Controle Estrangeiro	495.443.913
HSBC	Privado com Controle Estrangeiro	159.948.239
Safra	Privado Nacional	130.111.584
BTG Pactual	Privado Nacional	115.901.631
Votorantim	Privado Nacional (Com participação do BB)	106.975.088
Citibank	Privado com Controle Estrangeiro	54.297.355

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do site do Banco Central do Brasil.

5.3.1 Banco do Brasil

O Banco do Brasil é uma sociedade anônima de economia mista fundada em 1808 e com ações negociadas em bolsa desde 1906, é caracterizado como Banco Múltiplo. O Banco do Brasil já foi o responsável por exercer o papel de autoridade monetária na economia brasileira até a criação do Banco Central, porém ainda mantém a função de principal agente financeiro do Governo Federal. Seu principal acionista é a União Federal com 58,4% do capital acionário do banco, o que a torna o acionista controlador e também o banco passa a ser assim caracterizado como público.

O Banco do Brasil além de atuar como Banco Comercial, exercendo as atividades de concessão de crédito de curto prazo aos diversos segmentos da economia, operações de descontos dentre outras funções típicas dos bancos comerciais, atua também como agente financeiro do Governo Federal. Assim o Banco do Brasil auxilia o governo na execução de sua política creditícia e financeira, atuando sob supervisão do CMN. Nessa atribuição, o Banco do Brasil tem o direito de receber os tributos e as

rendas federais, realizar os pagamentos do orçamento da União, ser o agente receptor e pagador do governo fora do país, receber depósitos compulsórios das instituições financeiras, efetuar redescontos bancários e executar a política de concessão de crédito a agricultura.

Também, o Banco do Brasil assume as atividades de Banco de Investimento e Desenvolvimento, operando com modalidades de crédito de médio e longo prazo. Assim o banco fomenta as atividades industriais e rurais do país, atendendo as necessidades creditícias de diferentes regiões fazendo o papel de banco de desenvolvimento.

A carteira de crédito do Banco do Brasil é grande e diversificada, tendo como crédito a pessoa jurídica o maior peso na carteira. O crédito ao agronegócio também possui um peso relevante na carteira de crédito do banco, dado que o banco possui o papel de condutor da política de crédito rural.

Atualmente o Banco conta com uma atuação bastante abrangente, incluindo além de atividades de banco de varejo e atacado, atividades de seguros, gestão de patrimônio, e serviços de banco de investimento. O Banco do Brasil possui as seguintes subsidiárias: BB Seguridade, Banco Votorantim, Banco Patagônia, Banco do Brasil Américas, BrasilPrev e BB Tecnologia e Serviços.

5.3.2 Itaú Unibanco

O Banco Itaú Unibanco S.A. é uma holding de capital aberto, que se caracteriza por um banco múltiplo sendo o segmento de varejo sua principal área de atuação. O banco possui uma base acionária bastante pulverizada e tem como seu acionista principal a holding Itaúsa S.A. responsável por 17% do capital total do Itaú Unibanco Holding S.A. O capital controlador é majoritariamente nacional tornando o banco como o maior banco privado brasileiro em termos de ativos totais. O banco passou por um grande processo de fusão em 2008, se unindo ao então Unibanco.

Segundo Olga Camargo (2009, P. 164) o Banco Itaú Unibanco S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto que, em conjunto com empresas coligadas e controladas, atua no Brasil e no exterior, por meio das carteiras comercial, de

investimento, de crédito imobiliário, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil. O Itaú também atua nas operações de câmbio e em atividades complementares, como as de Seguros, Previdência Privada, Capitalização, Corretagem de Títulos e Valores Mobiliários e Administração de Cartões de Crédito, Consórcios, Fundos de Investimentos e Carteiras Administradas.

A carteira de crédito do Itaú é ampla e internacional além de focada em crédito a grandes empresas. A participação da categoria pessoa jurídica na carteira de crédito supera os 50% de acordo com dados extraídos do balanço do banco em dezembro de 2013.

Dente os outros segmentos de atuação do Itaú e suas subsidiárias estão: Redecard no segmento de cartões de crédito, Itaú Administradora de Consórcios, Credicard, Kinea Investimentos, Itaú CorpBanca, Banco Itaú Uruguay, Banco Itaú Paraguay e Banco Itaú Argentina.

5.3.3 Caixa Econômica Federal (CEF)

A Caixa Econômica é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado que pertence ao Governo Federal, mas que atua de forma autônoma, e apresenta um objetivo claramente social. A Caixa Econômica é um órgão auxiliar do Governo Federal na execução de sua política creditícia.

A Caixa Econômica executa também atividades de bancos comerciais e múltiplos, como recebimento de depósitos a vista e a prazo, cadernetas de poupança, concessões de empréstimos e financiamentos em linha com as políticas governamentais, empréstimos sob consignação e pode também promover o crédito direto ao consumidor por meio de programas de financiamento de bens duráveis, muitas vezes facilitado pelo Governo Federal.

A Caixa Econômica constitui-se, com base em sua função social no principal agente do SFH (Sistema Financeiro de Habitação), atuando fortemente no financiamento da casa própria, principalmente no segmento de baixa renda. A carteira de crédito da CEF é em sua maior parte voltada ao crédito imobiliário, tendo essa

categoria uma representação de 59% da carteira de crédito total da CEF em dezembro de 2012.

No estatuto social da Caixa Econômica Federal, também estão determinadas outras atividades, tais como: administrar os serviços das loterias federais, constituir-se no principal arrecadador do FGTS e ter o monopólio das operações de penhor.

5.3.4 Bradesco

O Banco Bradesco é uma companhia aberta de direito privado nacional que opera como banco múltiplo, com o foco principal no segmento de banco de varejo. O Bradesco possui uma base acionária bastante pulverizada assim como o Itaú. O Free Float, ou seja, as ações disponíveis a negociação na bolsa correspondem por 60,60% do capital total do banco. Seu acionista principal é a Companhia Cidade de Deus com 26,46% do capital social do banco.

O Bradesco desenvolve atividades bancárias por meio de suas carteiras comerciais, de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e de crédito via cartões de crédito. O banco também atua em outros segmentos via suas empresas subsidiárias. Assim o Bradesco também acessa atividades como arrendamento mercantil, banco de investimentos, administração de consórcios e patrimônio, seguros, previdência e capitalização.

A distribuição da carteira de crédito do Banco Bradesco costuma se manter constante em termos de categorias. A carteira historicamente é mais voltada a crédito a pessoa jurídica, sendo majoritariamente cedido para grandes e médias empresas. Vale destacar que o crédito a pessoa física tem também uma parcela relevante na carteira, correspondendo a 30% do total da carteira de crédito em dezembro de 2013. Outra atividade relevante na composição dos resultados do banco também deve ser destacada, os resultados das operações com seguros sendo operados pela subsidiária Bradesco Seguros chegaram a corresponder a 30% do lucro do banco em dezembro de 2013.

5.4. Concentração e competitividade do setor

Conforme enfatiza Olga Camargo (2009, P. 7), durante a década de 1990, ocorreram importantes mudanças na estrutura e nos padrões de concorrência do sistema bancário brasileiro. Seguindo a tendência mundial de liberalização em vários mercados, o Brasil iniciou um processo de abertura comercial e financeira. Após o processo de reestruturação bancária promovido pelo governo, os bancos estrangeiros ampliaram em muito sua participação no mercado bancário do país. Houve uma intensificação no processo de fusões e aquisições, tanto por instituições estrangeiras como por instituições nacionais, o que aumentou consideravelmente a concentração bancária.

Ao passo que as instituições financeiras estrangeiras iam entrando no mercado, esperava-se um aumento de concorrência no setor, com redução do spread bancário e aumento da busca por eficiência por parte dos bancos. Porém, o que se constatou, foi um posicionamento muito conservador por parte dos bancos estrangeiros, direcionada a aquisição de títulos públicos, não aumentando assim de forma significativa a concorrência no setor.

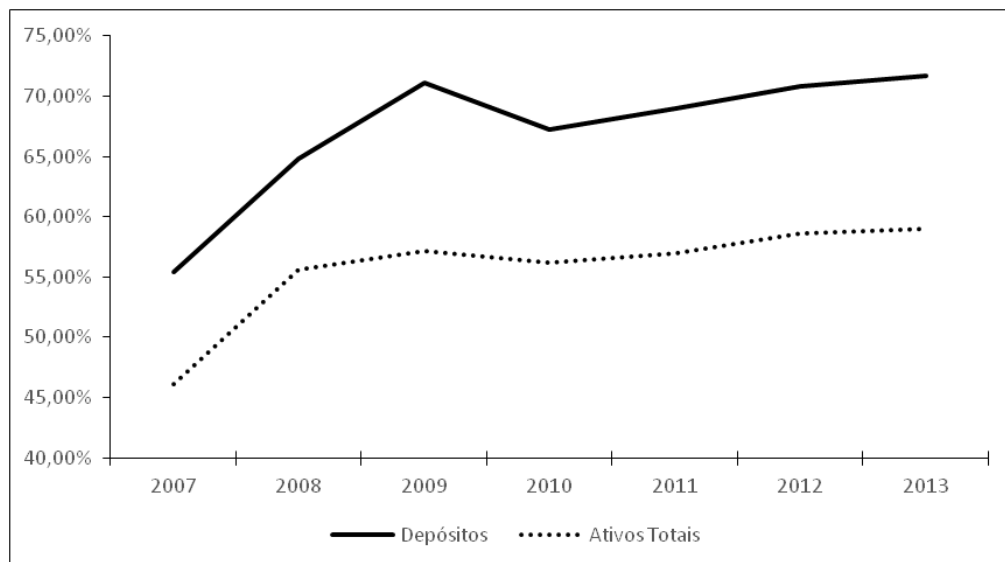
Com a estabilização dos preços na economia brasileira pós Plano Real, a partir de 1994, os bancos precisaram alterar bruscamente seu escopo de atuação. Até então as receitas advindas do chamado “floating” devido à alta inflação, eram as principais fontes de lucratividade dos bancos. Assim, com os preços estabilizados, os bancos precisaram desenvolver a qualidade de seus serviços e criar novas fontes de receita, aumentando a concessão de crédito e a área de atuação geográfica. No intuito obter maiores receitas e aumentar o nível de eficiência das operações, o spread e as tarifas cobradas pelos produtos e serviços passaram a ser então a fonte principal de lucro dos bancos. Escala passou a ser um fator importantíssimo neste novo padrão de concorrência do setor, maior alcance a população passaria a ser fundamental. Isso se revelou uma grande barreira de entrada ao setor até então, permitindo que os processos de fusões e aquisições continuassem a concentrar ainda mais o mercado.

O gráfico 1 abaixo tem o objetivo de mostrar a evolução da concentração bancária no Brasil no período de 2007 a 2013, mostrando como variou a Razão de Concentração (CR) dos 4 maiores bancos brasileiros em termos de ativos totais e

depósitos totais. Segundo REID (1987), a Razão de Concentração (CR) das k maiores firmas é um índice estabelecido a partir da ordenação de forma decrescente da variável estudada, e a partir daí considera-se a participação das firmas no total. A razão é a proporção da parcela de mercado na indústria (S_i) que corresponde aos bancos escolhidos.

$$CR(k) = \sum_{i=1}^k S_i$$

Gráfico 1: Evolução da Razão de Concentração k=4 (4 maiores bancos - Ativos Totais e Depósitos Totais – 12/2007 a 12/2013).



Fonte: Elaboração própria, dados obtidos no site do Banco Central.

De acordo com o gráfico 1 é possível observar que houve um aumento da concentração bancária no Brasil no período analisado. A grande fusão entre Itaú e Unibanco em 2008 colaborou significativamente para o aumento da concentração no setor, que continuou a se concentrar ainda mais mesmo que de forma leve, após a fusão. O aumento da concentração então já se constituía como um processo em andamento mesmo antes do estouro da crise do subprime.

A grande necessidade de produtos mais sofisticados e ágeis, necessidade de escala e “switching costs” que retrata o custo burocrático de mudança de banco para o correntista, são fatores que contribuem para a perpetuação de um setor concentrado no Brasil. Assim, a atuação de bancos menores no país que acabam tendo que enfrentar além destes fatores elencados anteriormente, também altos custos de captação, passa a ser difícil e custosa.

É importante ressaltar também o papel dos bancos públicos nesse ambiente de concorrência. O Governo Federal vêm utilizando os bancos públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica fortemente para exercer sua política creditícia, principalmente nas áreas de crédito rural e habitacional, fazendo com que estes bancos sejam os bancos especializados e que oferecem as melhores condições a clientes nestas modalidades. Outro fator importante também é o fato de que o Banco do Brasil é o banco que faz o pagamento da maioria dos funcionários públicos do país, dado que existem custos burocráticos para a troca de banco para os correntistas como citado no parágrafo anterior, isso também ajuda a concentrar certos clientes no grupo dos maiores bancos.

Portanto, podemos concluir que o setor bancário brasileiro atua em um padrão chamado “concorrência monopolística”, onde poucas empresas possuem grande fatia do mercado. Em dezembro de 2013, os 4 maiores bancos brasileiros tinham posse de 71,64% dos depósitos totais do sistema financeiro brasileiro, e 59,03% dos ativos totais.

Este nível de concorrência é defendido por algumas correntes de pensamento na economia monetária, dado que uma maior concentração poderia inibir práticas mais arriscadas por parte dos bancos, aumentando assim a higidez do sistema. A corrente que refuta esta teoria afirma que um alto grau de concentração acaba por não estimular a eficiência do setor, fazendo com que a sociedade pague o ônus de mercado, e também afirma que uma concorrência acirrada reduziria o peso dos bancos “too big to fail” que se insolventes podem gerar problemas em escalas gigantescas ao sistema.

5.5. Medidas de regulação prudencial após a crise do subprime

Após o desmembramento da crise do subprime em 2008, uma preocupação maior em relação à solvência dos bancos se instaurou no mundo, principalmente em países com grande exposição aos ativos do subprime. Conforme observa Saab (2009):

Diversos bancos, alguns com mais de um século de história e até então vistos como fortalezas, tiveram de ser socorridos com ajudas governamentais de bilhões de dólares. Uns foram vendidos por valores irrisórios, outros faliram. O sistema financeiro mundial, a eficácia e o escopo de regulação e de supervisão bancária passaram a ser intensamente questionados. A regulação é, por definição, um jogo sem fim, um constante desafio às autoridades, que têm de reagir às inovações dos regulados. (SAAB, 2009, p. 1).

O conjunto de alterações feitas pelo Comitê de Basileia no documento Basileia II, tornando-se assim acordo de Basileia III, fez parte de um dos conjuntos de iniciativas promovidas pela Financial Stability Board (Fórum de Estabilidade Financeira) e pelo Comitê de Basileia para reforçar a segurança e o nível de solvência dos bancos para possíveis crises. No Brasil, o Banco Central possui uma legislação de regulação prudencial austera, que passou a ficar um pouco mais rigorosa após a crise do subprime assim como no resto do mundo. Um exemplo da rigidez de regulação bancária no Brasil é o Patrimônio de Referência mínimo proposto, que atualmente é de 11% dos ativos ponderados pelo risco (RWA) no país, consideravelmente maior que os 8% estipulados pelo acordo de Basileia.

No dia 29 de setembro de 2011, o Banco Central baixou a Resolução N° 4.019 dispondo medidas prudenciais preventivas em ordem a assegurar a solidez e a estabilidade do Sistema Financeiro Nacional. Desta forma, nesta resolução o Banco Central expôs os indicadores que seriam acompanhados com mais rigidez, a tabela 4 abaixo mostra os indicadores.

Tabela 4: Indicadores para fins de medidas prudenciais preventivas por parte do Banco Central

I - Patrimônio de Referência (PR), apurado segundo a regulamentação vigente;
II - alavancagem;
III - liquidez;
IV - concentração das operações ativas;
V - concentração das operações passivas;
VI - risco de contágio, inclusive por meio de operações com partes relacionadas;
VII - testes de estresse;
VIII - processos internos de avaliação da necessidade de capital;
IX - estruturas de gerenciamento de risco;
X - controles internos;
XI - mudanças no ambiente de operações;
XII - capacidade de geração de resultados;
XII - capacidade de geração de resultados;

Fonte: Banco Central do Brasil

Além desta resolução, vale destacar os esforços feitos pelo Banco Central na implantação das recomendações do Basileia III. A apuração dos requisitos mínimos de capital vem a ser definida como uma porcentagem do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA). As novas medidas a serem observadas pela autoridade monetária são:

I - 4,5% para o Capital Principal, que é composto principalmente por ações, quotas, reservas e lucros retidos;

II - 6,0% para o Nível I, que é composto pelo Capital Principal e outros instrumentos capazes de absorver perdas com a instituição em funcionamento;

III - 8,0% para o total do PR, que é composto pelo Nível I e por outros instrumentos subordinados capazes de absorver perdas quando do encerramento da instituição.

Dentre as Resoluções emitidas recentemente pelo Banco Central com o objetivo de transmitir ao mercado as normas de regulação, se destacam as seguintes:

- Definição do Patrimônio de Referência (PR), requerimentos de capital e Adicional de Capital Principal (capital buffers).
- Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

Dispõe sobre a metodologia para apuração do Patrimônio de Referência (PR).

- Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013

Dispõe sobre apuração dos requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível I e de Capital Principal e institui o Adicional de Capital Principal.

- Resolução CMN nº 4.280, de 31 de outubro de 2013

Dispõe sobre a elaboração, a divulgação e a remessa de Demonstrações Contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial ao Banco Central do Brasil.

- Parcelas do montante RWA relativas ao risco de crédito (RWACPAD e RWACIRB).

- Circular BCB nº 3.644, de 4 de março de 2013

Estabelece os procedimentos para o cálculo da parcela dos ativos ponderados pelo risco (RWA) referente às exposições ao risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD), de que trata a Resolução nº 4.193, de 1º de março de 2013.

Assim, após a crise financeira de 2008, o regime de regulação e supervisão feito pelo Banco Central foi aperfeiçoado. Acompanharam-se estritamente os desdobramentos da crise primeiramente, e ao longo do tempo foram feitas soluções de saneamento no mercado a fim de promover a capacidade de o sistema continuar sólido e eficiente. Houve grandes avanços em termos de supervisão, conforme afirmou Anthero de Moraes Meirelles (2012, P. 22), ferramentas voltadas para a integridade das informações foram criadas, e foi conquistada uma abordagem mais intrusiva, com avaliação e questionamentos mais incisivos e frequentes em relação a fragilidades na estrutura de governança, à estratégia de negócios, suas mudanças e perspectivas, com acompanhamento constante de sua efetividade.

5.6. O gerenciamento de capital dos bancos brasileiros após a crise do subprime

Após a crise financeira de 2008 foi possível observar efeitos negativos no Brasil, tais como pressão na liquidez, redução do mercado de crédito e dificuldades em captação. Porém, vale ressaltar que foram impactos muito menores comparados com os que ocorreram com economias de outros países mais expostos aos ativos financeiros do subprime. Além de uma menor exposição, é importante frisar também que a boa resposta do sistema financeiro brasileiro aos malefícios da crise advém dos bons fundamentos macroeconômicos que regiam a conjuntura econômica até 2008, da sólida regulação e supervisão que o Banco Central do Brasil já imprimia no sistema, além da baixa penetração de derivativos de baixa qualidade e operações estruturadas de alta complexidade nos ativos do sistema financeiro brasileiro.

A inexistência de um mercado secundário de crédito bem estruturado no Brasil em decorrência dos baixos níveis de crédito imobiliário cedido historicamente no Brasil, principalmente prejudicado pela alta inflação antes do plano real, e da má administração do Sistema Nacional de Habitação, contribuem para que os bancos mantenham os ativos lastreados em crédito imobiliário em sua carteira até seus respectivos vencimentos. Desta forma, o banco necessariamente assume os riscos da concessão, o que faz com que seja muito mais conservador e seletivo no momento da análise de crédito. Aliado a isso, não existe também um alto nível de securitização destes ativos, os prazos de concessão de crédito normalmente são curtos, o que contribui para que o sistema financeiro brasileiro não tenha problemas com ativos de crédito de baixa qualidade.

É possível afirmar que o sistema financeiro brasileiro antes da crise já era sólido, as práticas de regulação aplicadas com sucesso pelo Banco Central além da concentração do setor proporcionavam a higidez do sistema. Desta maneira, não houve problemas de insolvência ou contaminação no setor, os principais bancos no Brasil não possuíam um nível de alavancagem que proporcionaria um padrão arriscado de atuação, e os respectivos Índices de Basileia estavam consideravelmente acima das médias dos índices de países desenvolvidos, principalmente dos Estados Unidos como será comparado no capítulo seguinte.

A tabela 5 abaixo separa os quatro principais bancos brasileiros, e mostra a evolução do Índice de Basileia, discriminado pelos níveis de Capital Principal e Capital Nível II, e o Indicador de Alavancagem (Ativo total/Patrimônio Líquido) no período de dezembro/2007 a dezembro/2013³. É também estimada uma média do Índice de Basileia dos principais bancos a cada ano na parte inferior da tabela.

Tabela 5: Evolução do Índice de Basileia e do Indicador de Alavancagem dos 4 principais bancos brasileiros (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).

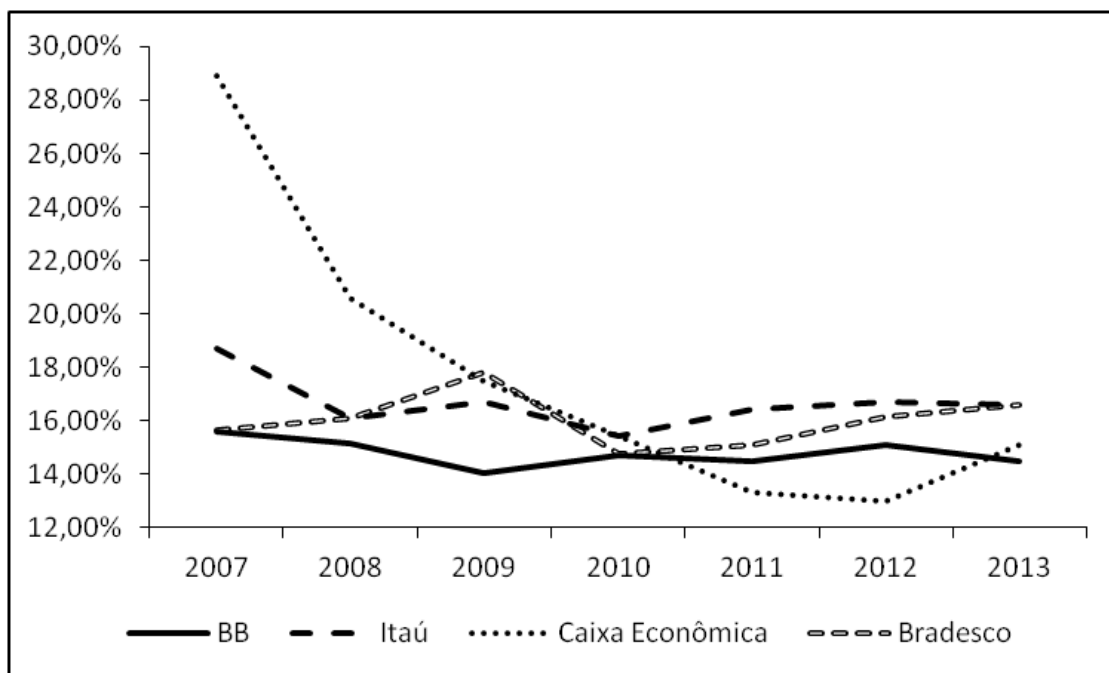
BRASIL	<i>Basileia II</i>						
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Banco do Brasil							
Índice de Basileia	15,58%	15,15%	14,04%	14,70%	14,50%	15,10%	14,50%
Capital Principal	10,69%	10,89%	10,90%	11,30%	10,73%	10,68%	10,51%
Nível II	4,89%	4,26%	3,14%	3,40%	3,77%	4,42%	3,99%
(Ativo/PL)	14,74	16,94	19,16	15,43	15,96	16,39	17,27
Itaú							
Índice de Basileia	18,70%	16,10%	16,70%	15,40%	16,40%	16,70%	16,60%
Capital Principal	14,29%	12,30%	13,67%	11,87%	12,6%	10,90%	11,60%
Nível II	3,80%	3,80%	3,03%	3,53%	3,79%	5,80%	5,00%
(Ativo/PL)	9,34	14,09	11,35	11,66	11,24	11,48	11,55
Caixa Econômica							
Índice de Basileia	28,88%	20,60%	17,49%	15,40%	13,30%	13,00%	15,10%
Capital Principal	14,64%	11,90%	9,98%	8,00%	7,22%	9,50%	12,60%
Nível II	14,24%	8,70%	7,51%	7,40%	6,08%	9,50%	2,50%
(Ativo/PL)	23,58	23,29	26,01	26,00	26,12	28,05	31,36
Bradesco							
Índice de Basileia	15,65%	16,10%	17,83%	14,74%	15,07%	16,14%	16,60%
Capital Principal	12,59%	12,95%	14,83%	13,10%	12,38%	11,03%	12,28%
Nível II	3,06%	3,15%	3,00%	1,64%	2,69%	5,11%	4,32%
(Ativo/PL)	9,26	11,46	10,60	11,67	11,95	10,76	10,92
Média IB Brasil	19,70%	16,99%	16,52%	15,06%	14,82%	15,24%	15,70%

Fonte: Relatório "50 maiores bancos" Banco Central do Brasil, demonstrações anuais de resultados captadas na seção relações com investidores dos bancos.

³ Em 2007 é considerado o Acordo de Basileia I, já a partir de 2008 é utilizado os números referentes ao Acordo de Basileia II.

No intuito de observar os efeitos da crise de 2008 nesses indicadores e por consequência no gerenciamento de capital dos bancos foram elaborados os gráficos da evolução destes indicadores neste mesmo período.

Gráfico 2: Evolução do Índice de Basileia dos 4 principais bancos brasileiros (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).



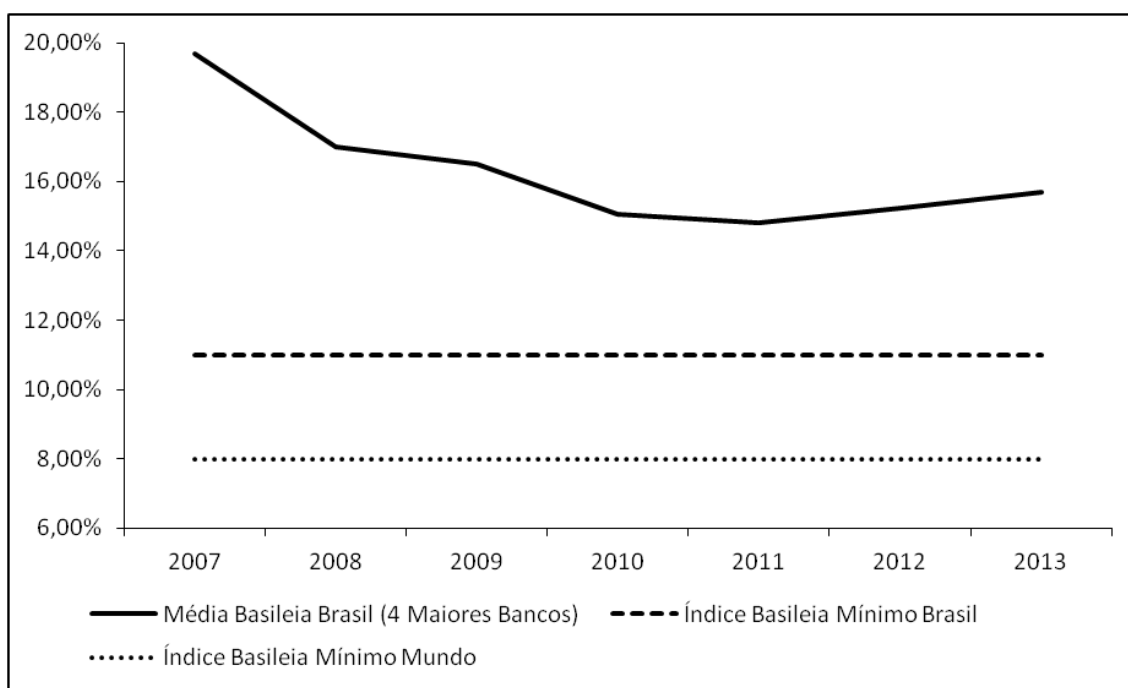
Fonte: Elaboração própria a partir do Relatório “50 Maiores Bancos” Banco Central do Brasil.

Neste gráfico é possível observar um leve nível de alteração e volatilidade do índice para Banco do Brasil, Itaú e Bradesco, não sendo possível afirmar que houve uma mudança do nível de solvência dos mesmos após a crise. Os Índices de Basileia praticados por estes três bancos antes da crise, em 2007, por volta de 15% a 18%, já era considerado bastante alto, representando assim um nível altamente seguro em termos de solvência. Desta forma, não foi preciso uma correção em direção a um nível de risco mais seguro. Já em relação a Caixa Econômica, fica claramente perceptível o decréscimo do índice após a crise, indicando que o banco atuou em caminho contrário ao do cenário internacional de aumento da busca por níveis mais seguros de atuação. A Caixa Econômica já possuía um altíssimo nível de segurança e solvência, seu Índice de Basileia em 2007 estava em 28,88%, muito acima de seus pares, o que proporcionou ao banco a oportunidade de ganhos no ambiente competitivo bancário do país, aumentando

fortemente a concessão de crédito após a crise, e iniciando assim um processo de ganhos de “market share”. Os programas sociais implementados pelo governo, utilizando os bancos públicos como a Caixa Econômica na utilização de políticas creditícias sociais, como o programa Minha Casa Minha Vida dentre outros, contribuíram de certa forma para esta mudança de nível de gerenciamento de capital da Caixa Econômica.

O gráfico 3 abaixo, mostra a evolução da média aritmética do Índice de Basileia dos quatro principais bancos e faz sua comparação com os padrões mínimos exigidos pelo Banco Central e pelo BIS (Bank for International Settlements).

Gráfico 3: Evolução da média do Índice de Basileia dos quatro principais bancos brasileiros em comparação com os requerimentos mínimos (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do site do Banco Central do Brasil.

De acordo com o gráfico acima, nota-se que o Índice de Basileia médio da amostra brasileira vem caindo após a crise, ao contrário do ambiente que se estabeleceu

no mercado monetário internacional de redução de riscos. Como visto no gráfico 2, esta queda da média é quase que totalmente justificada pela mudança de gerenciamento de capital da Caixa Econômica Federal. Nota-se também que, mesmo com a redução da média, a amostra do Índice de Basileia dos quatro principais bancos brasileiros ainda está bem acima dos padrões mínimos estabelecidos pelo Banco Central em âmbito nacional, e pelo BIS em âmbito internacional.

5.6.1. Alavancagem

Os resultados empíricos de Adrian and Shin (2008,2009) sugerem que os maiores bancos controlam suas estruturas de capital se baseando em modelos internos de “Value at Risk” e não em restrições regulatórias. Teoricamente, a alavancagem dos bancos grandes tende a ser alta, ou tende a se elevar durante períodos de expansão econômica, devido a uma percepção de risco menor. Ao mesmo tempo, a alavancagem tende a ser baixa em contrações econômicas em decorrência da maior aversão ao risco e do aumento da volatilidade dos preços dos ativos.

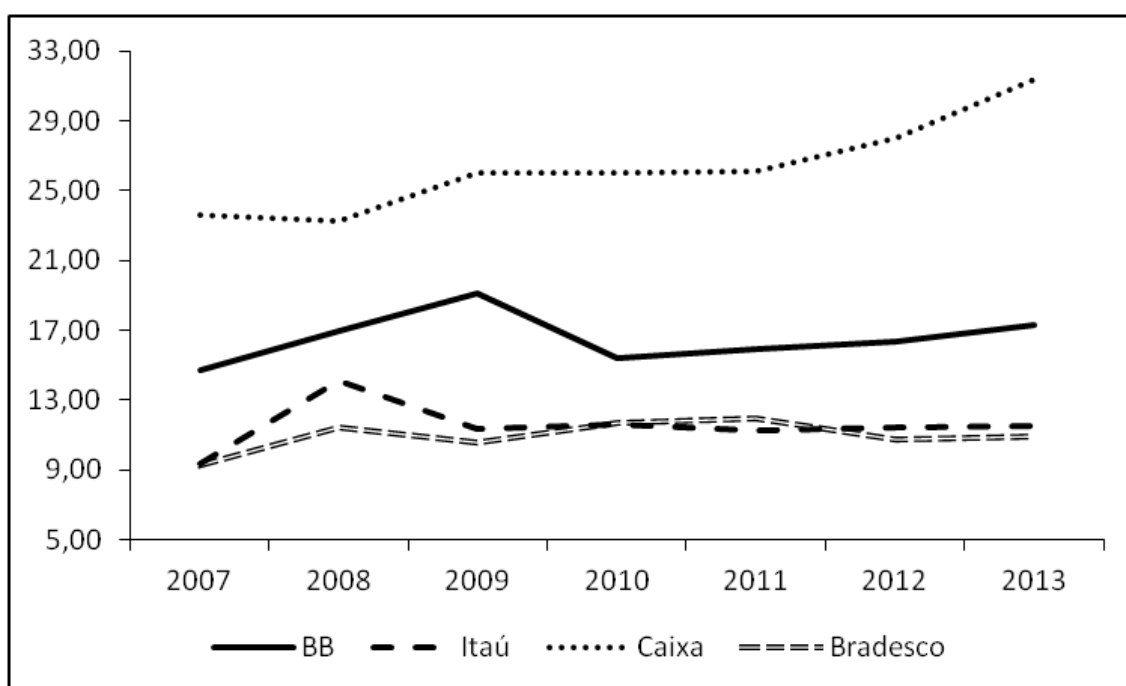
Ciclos de “desalavancagem” como os que ocorrem em períodos de desaquecimento da economia podem vir a ser mecanismos potenciais de amplificação dos efeitos de crises financeiras na economia real. De acordo com Kiyotaki e Moore (1997), as condições de financiamento das empresas são elementos chave para fazer com que as crises financeiras virem recessões econômicas na economia real, as empresas passam a ter maiores custos de financiamento e os bancos passam a contrair a concessão de crédito, impactando assim no produto e no emprego.

No Brasil, a rígida regulação bancária já exercida pelo Banco Central antes da crise financeira de 2008, já permitia ao setor a se comportar de forma um pouco diferente de países com regulação menos estrita na época, tal como os Estados Unidos. Assim, os grandes bancos brasileiros aumentaram sua alavancagem de forma menos agressiva no período de prosperidade econômica que antecedeu a crise, podendo gerenciar de melhor forma seus níveis de alavancagem durante e após a crise, não precisando atuar em linha com a tendência internacional de aversão a risco, redução de concessão de crédito e por consequência redução de alavancagem bancária. Isso reforça

o fato de que a regulação bancária pode ter seus benefícios mesmo se eles são invisíveis até a economia encarar um evento de estresse maior.

Em relação à análise da mudança do nível de alavancagem do setor bancário brasileiro após a crise financeira de 2008, foi elaborado o gráfico 4, que mostra a evolução do Indicador de Alavancagem dos quatro principais bancos brasileiros no período de dezembro de 2007 a dezembro de 2013.

Gráfico 4: Evolução do Indicador de Alavancagem dos quatro principais bancos brasileiros (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).



Fonte: Balanço Patrimonial dos bancos divulgados em suas páginas de Relações com Investidores.

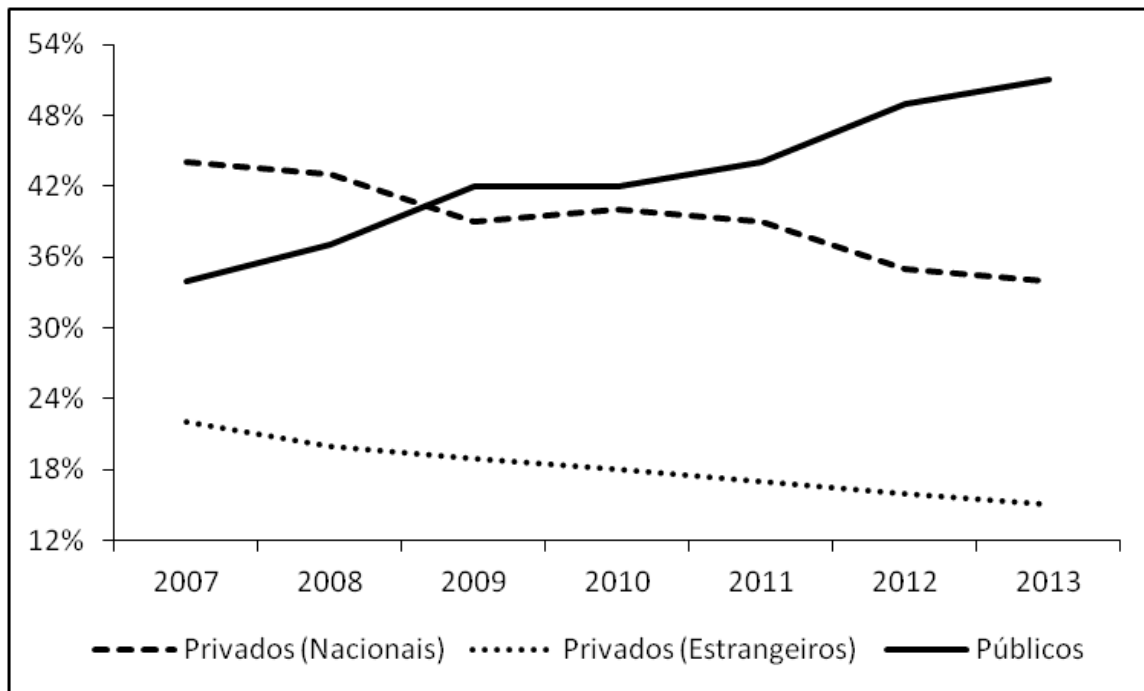
A partir da análise do gráfico 4, nota-se que não houve uma “desalavancagem anticíclica” geral no setor após a crise contrariando a teoria econômica que enfatiza que períodos pós crise tendem a ser de redução na concessão de crédito e menor apetite ao risco. Houve uma leve redução do Índice de Alavancagem para Itaú e Banco do Brasil após 2008 e 2009 respectivamente, porém não sendo uma redução muito relevante. Isso pode ser explicado pelo forte nível de regulação bancária que já era praticado pelo Banco Central antes de 2008.

É possível notar mais uma vez o descolamento dos dados da Caixa Econômica em relação a seus concorrentes. A Caixa Econômica elevou fortemente a concessão de crédito devido a políticas de cunho social estimuladas pelo Governo Federal e assim aumentou também bruscamente seu nível de alavancagem, que saiu de 23,58 em 2007 e saltou para 31,36 em 2013.

Analisando conjuntamente os gráficos 2 e 4, pode-se observar uma diferença no gerenciamento de capital dos bancos nacionais públicos e privados. Os bancos privados Itaú e Bradesco, possuem um gerenciamento de capital mais conservador, maiores Índices de Basileia e menores Indicadores de Alavancagem. A aversão a risco por parte dos bancos privados na concessão de crédito é maior. A pressão dos acionistas controladores para uma gestão mais saudável pode ser a explicação. Já os bancos públicos Banco do Brasil e Caixa Econômica, atuam como bancos que auxiliam o Governo Federal na condução de políticas creditícias. A União como acionista principal dos dois bancos, tem assim a oportunidade de exercer políticas sociais e acaba fazendo com que os bancos públicos atuem mais agressivamente no ambiente concorrencial, e por consequência, passam a ter carteiras de crédito e estruturas de capital mais arriscada.

O gráfico 5 abaixo, reflete este ambiente concorrencial, em que os bancos públicos não condizem com o ambiente internacional de retração na concessão, e os bancos privados atuando de forma mais conservadora. O gráfico 5 mostra a evolução do “market share” dos bancos que atuam no Brasil na concessão de crédito total no país.

Gráfico 5: Evolução do Market Share da concessão de crédito no Brasil (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).



Fonte: Demonstração de Resultado do Exercício – Itaú Unibanco julho/2014.

5.7 Imobilização do setor

O Índice de Imobilização dos maiores bancos brasileiros vêm respeitando o limite de 50% de comprometimento do Patrimônio de Referência (PR) com o Ativo Permanente Imobilizado estabelecido pelo Banco Central na Resolução CMN nº 2.669 de 25 de novembro de 1999. Porém há uma diferença nos níveis de percentual do Patrimônio de Referência comprometidos com o Ativo Permanente Imobilizado entre os bancos públicos e privados. O grau de imobilização dos bancos privados é significativamente mais alto, sendo mantido nos últimos anos perto do limite de 50%. Já os bancos públicos mantêm Índices de Imobilização mais baixos mostrando a diferença na composição do Patrimônio de Referência entre os bancos públicos e privados.

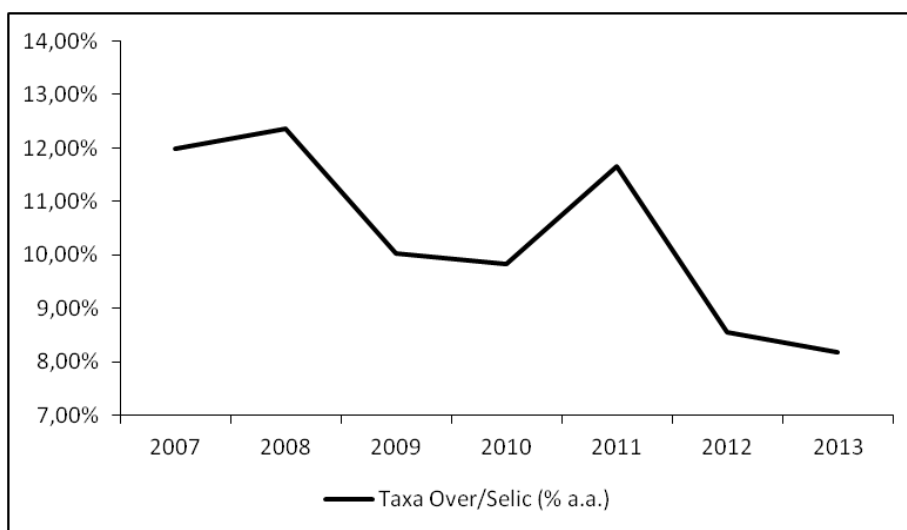
Tabela 6: Evolução do Índice de Imobilização dos quatro maiores bancos brasileiros (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BB							
Índice de Imobilização	13,20%	14,60%	14,55%	20,99%	27,20%	25,90%	23,50%
Itaú							
Índice de Imobilização	23,80%	39,60%	32,89%	37,32%	48,60%	43,40%	49,90%
Caixa Econômica							
Índice de Imobilização	12,86%	11,99%	16,64%	17,16%	16,60%	12,60%	12,90%
Bradesco							
Índice de Imobilização	45,80%	48,00%	45,68%	49,71%	48,40%	44,60%	45,40%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do relatório “50 maiores bancos” divulgado pelo Banco Central.

5.8 Rentabilidade do setor

O setor bancário brasileiro pode ser considerado como altamente rentável se comparado a outros países. Enquanto o ROE (Retorno sobre o Patrimônio Líquido) médio dos quatro maiores bancos brasileiros em 2013 foi de 19,80%, os principais bancos norte americanos tiveram um ROE médio de 9,46% segundo dados do Federal Reserve. Isto se deve em grande parte aos altos spreads bancários aplicados nas transações no Brasil. A taxa de juros básica da economia brasileira, a taxa Selic, se caracteriza como uma das maiores taxas de juros do mundo, colaborando também de certa forma com os níveis de spread e consequentemente com o nível de rentabilidade dos bancos. O gráfico 6 abaixo mostra a evolução da Taxa Over/Selic média ao ano no período de 2007 a 2013.

Gráfico 6: Evolução da Taxa Over/Selic média ao ano no período de 2007 a 2013.

Fonte: Ipeadata

Observa-se uma relação entre o nível da taxa de juros e os níveis de rentabilidade dos bancos brasileiros. A tabela 7 abaixo nos mostra a variação dos indicadores de Retorno sobre Ativos (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) dos bancos e a variação da Taxa Over/Selic média ao ano. Nota-se que os bancos praticaram maiores níveis de rentabilidade quando a taxa de juros estava mais elevada.

Tabela 7: Evolução dos indicadores de rentabilidade em comparação com a Taxa Over/Selic média ao ano (Período 2007 a 2013).

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
BB							
ROA	1,40%	1,70%	1,40%	1,40%	1,20%	1,10%	1,00%
ROE	20,80%	29,40%	28,10%	23,20%	20,90%	18,50%	14,80%
Itaú							
ROA	2,90%	1,30%	1,80%	1,70%	1,80%	1,40%	1,60%
ROE	27,10%	17,50%	20,20%	18,40%	19,40%	17,40%	19,60%
Caixa Econômica							
ROA	1,01%	1,31%	1,10%	1,40%	1,28%	0,91%	0,80%
ROE	23,71%	30,56%	33,90%	38,50%	39,12%	29,05%	28,01%
Bradesco							
ROA	2,40%	1,70%	1,60%	1,60%	1,50%	1,30%	1,30%
ROE	26,30%	22,10%	18,90%	20,90%	19,90%	16,20%	16,90%
Taxa Over/Selic (% a.a.)	11,98%	12,37%	10,02%	9,82%	11,66%	8,55%	8,19%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados captados na divulgação de resultados dos bancos e Ipeadata

Também contribuem para o alto nível de rentabilidade dos bancos brasileiros o alto nível de concentração do setor, as receitas com taxas e serviços, que compõem boa participação dos resultados dos bancos e que não são tão praticadas em outros países por exemplo. O setor de seguros incorporado dentro dos bancos também vêm ajudando os bancos a obterem maiores níveis de rentabilidade, o Bradesco por exemplo, em 2013, reportou a atividade de seguros como responsável por 30% de resultado líquido.

6. SETOR BANCÁRIO NORTE AMERICANO

6.1. Formação e Contextualização Histórica

Um dos legados da era colonial para os Estados Unidos foi a não existência de um banco dos bancos, assim sendo, um banco central. Durante o período colonial, cada colônia tinha suas próprias práticas em relação a dinheiro, as diferenças entre as colônias era o resultado das regulações britânicas e a escassez na oferta de dinheiro. Os britânicos nunca permitiram as colônias criar a própria moeda, porém, às vezes não supriam às colônias a oferta necessária de dinheiro.

Após a independência dos britânicos, os novos líderes dos Estados Unidos agora como país, perceberam que seria fundamental para o desenvolvimento da nação unir todos os estados em um mesmo sistema financeiro e criar um banco central para supervisionar as emissões da nova moeda. Isso seria muito importante na época para manter a nação unida contra eventuais guerras futuras, no financiamento de dívidas militares, além de auxiliar no desenvolvimento das transações econômicas.

Em 1790, o então secretário do tesouro Alexander Hamilton, iniciou o planejamento do que seria o primeiro banco norte americano. A intenção de Alexander era a de fazer com que esse novo banco fosse uma instituição centralizada, nos moldes do Bank of England. Embora a principal intenção da criação deste novo banco fosse auxiliar o governo federal com suas finanças, Alexander também acreditava que o banco poderia impulsionar o crescimento dos negócios nos Estados Unidos. Assim em 1791 é criado na Philadelphia o banco chamado de “Primeiro Banco dos Estados

Unidos”. Essa nova instituição oferecia empréstimos comerciais em geral para pequenos empreendedores. O governo federal participou com 20% da posição acionária deste banco, enquanto investidores privados participavam com o resto. O banco pôde se deslocar inicialmente a oito cidades e conseguiu padronizar a moeda norte americana além de gerenciar a dívida militar do país. Houve discussões no congresso em relação ao controle do banco, muitos políticos acreditavam que o governo deveria controlar o banco integralmente. Neste ambiente de discussões, os estados começaram novamente a operar por si próprios suas atividades monetárias e a imprimir sua própria moeda.

Com o estouro da guerra Anglo-Americana de 1812, as operações do governo ficaram comprometidas e novos problemas em relação à dívida do governo voltaram à tona. Uma nova necessidade de um banco central retornou. Desta forma em 1816, o governo norte americano fundou o “Segundo Banco dos Estados Unidos”, com uma estrutura maior do que a do “Primeiro Banco” e com regulações internas mais rígidas. O “Segundo Banco” emprestou dinheiro a outros bancos no país e reprimiu as instituições que estavam imprimindo novas notas. No entanto, o presidente Andrew Jackson não apreciou o quão forte estava este banco central, e então contribuiu para que em 1836 esta nova tentativa de um banco nacional falhasse novamente.

De acordo com Kelly Anderson (2014) a era dos bancos livres entre 1837 a 1861 permitiu aos estados criarem seus próprios bancos, dado que o setor estava sem um banco regulador e não havia muitas exigências para o estabelecimento de um novo banco no país. Esta falta de regulação permitiu que vários bancos fossem criados com estruturas de capital totalmente vulnerável a variações de mercado ocasionando assim a falência de muitos deles.

O surgimento da Guerra de Secessão em 1861 interrompeu a era dos bancos livres. Durante o período de conflitos, o governo mais uma vez necessitava de recursos para financiar seus gastos militares. Em 1863, foi criado um banco nacional que seguiu alguns dos princípios da era dos bancos livres, porém agora regularia e segregaria também a atuação dos bancos em níveis estaduais ou nacionais. Os bancos que escolhessem escala nacional, precisariam utilizar contas emitidas pelo governo e operar títulos americanos, os chamados “bonds”. Já os que optassem pela escala estadual precisariam se adequar a nova uniformidade de moeda utilizada no país. Este período foi chamado por Kelly Anderson (2014) como era dos bancos nacionais e foi

considerado como parte extremamente importante na história do setor bancário norte americano, pois este período permitiu ao país padronizar novamente o uso da mesma moeda e das mesmas contas em todo o território.

Com o desenvolvimento dos sistemas financeiros em todo o mundo, principalmente na Europa, o novo conceito de Banco Central se instaura no mercado. Os agentes agora estariam mais abertos à ideia de um Banco Central que pudesse efetivamente intervir em operações dos bancos comerciais, e definir que tipo de operações são permitidas e com que níveis de risco. No ano de 1913, o então governo dos Estados Unidos cria em Washington um novo banco central chamado “Federal Reserve”. O presidente dos Estados Unidos decidiria quem seria o condutor do banco, mas agora, o novo condutor teria autonomia suficiente para agir de forma independente do governo. Dos anos 1913 até a atualidade, o “Federal Reserve” vêm atuando no objetivo de preservar o valor da moeda norte americana, atuando no mercado aberto comprando ou vendendo títulos públicos para manter a base monetária no nível que acha conveniente. O “Federal Reserve” também supervisiona a atuação de todos os bancos nos Estados Unidos com medidas de regulação prudencial e ajustes de capital.

6.2. Representatividade do setor na economia

Assim como o setor bancário brasileiro, o norte americano também é fundamental para o desenvolvimento de sua economia, e seus ativos tem grande representatividade na economia como um todo. Para mensurar o tamanho do setor bancário norte americano dentro da economia, foi elaborada a tabela 8 abaixo mostrando a evolução da participação dos ativos bancários de todo o sistema financeiro norte americano em relação ao PIB dos Estados Unidos.

Tabela 8: Evolução da representatividade dos ativos do setor bancário norte americano em relação ao PIB

<i>Em US\$ 1.000</i>	2011	2012	2013
Ativos Setor Bancário EUA	12.544.000.000	13.143.000.001	14.010.000.000
PIB Estados Unidos	15.533.800.000	16.244.600.000	16.800.000.000
Ativos Setor / PIB	80,75%	80,91%	83,39%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Federal Reserve

Já no intuito enfatizar que a amostra de bancos a ser utilizada serve como bom parâmetro para obter-se conclusões sobre a evolução do setor nos últimos anos foi elaborada a tabela 9 abaixo mostrando a evolução do valor dos ativos totais dos seis maiores bancos norte americanos, além de suas respectivas participações no setor e a razão em relação ao PIB.

Tabela 9: Evolução da representatividade dos Ativos Totais dos seis maiores bancos norte americanos

<i>Em US\$ 1.000</i>	2011	2012	2013
JP Morgan	2.265.792.000	2.359.141.000	2.415.689.000
Participação no Setor	18,06%	17,95%	17,24%
Bank of America	2.129.046.000	2.209.974.000	2.102.273.000
Participação no Setor	16,97%	16,81%	15,01%
Citi	1.873.878.000	1.864.660.000	1.880.382.000
Participação no Setor	14,94%	14,19%	13,42%
Wells Fargo	1.313.867.000	1.422.968.000	1.527.015.000
Participação no Setor	10,47%	10,83%	10,90%
Goldman Sachs	923.225.000	938.555.000	911.507.000
Participação no Setor	7,36%	7,14%	6,51%
Morgan Stanley	749.898.000	780.960.000	832.702.000
Participação no Setor	5,98%	5,94%	5,94%
Ativos dos 6 maiores bancos	9.255.706.001	9.576.258.001	9.669.568.001
Ativos dos 6 maiores / PIB USA	59,58%	58,95%	57,56%
Participação 6 maiores no setor	73,79%	72,86%	69,02%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Federal Reserve e dos próprios bancos em suas demonstrações de resultados

Foi selecionada uma amostra de seis bancos para a análise nos Estados Unidos, dois a mais que a amostra do setor bancário brasileiro, devido a alta competitividade do setor norte americano, necessitando-se assim uma maior amostra para explicar de melhor forma alguma mudança estrutural no setor após a crise financeira. De acordo com a tabela acima, é possível observar que os ativos totais dos seis principais bancos norte americanos representaram em dezembro de 2013, 57,56% do PIB norte americano e 69,02% do total de ativos do setor bancário dos Estados Unidos.

6.3. Os principais bancos

A tabela 10 abaixo nos mostra a lista dos 10 maiores bancos por Ativo Total ao fim de dezembro de 2013, de acordo com o sistema de informação nacional do Federal Reserve.

Tabela 10: Dez maiores bancos norte americanos em ativos totais

Posição	Nome da Instituição	Classificação FED	Sede
1	JP Morgan Chase & Company	Holding de Companhias Bancárias	NEW YORK, NY
2	Bank of America Corporation	Holding de Companhias Bancárias	CHARLOTTE, NC
3	Citigroup Inc.	Holding de Companhias Bancárias	NEW YORK, NY
4	Wells Fargo & Company	Holding de Companhias Bancárias	SAN FRANCISCO, CA
5	Goldman Sachs Group Inc.	Banco de Investimento	NEW YORK, NY
6	Morgan Stanley	Banco de Investimento	NEW YORK, NY
7	General Electric Capital Corporation	Holding de Companhias Bancárias	NORWALK, CT
8	Bank of New York Mellon Corporation	Holding de Companhias Bancárias	NEW YORK, NY
9	U.S. Bancorp	Holding de Companhias Bancárias	MINNEAPOLIS, MN
10	PNC Financial Services Group Inc.	Holding de Companhias Bancárias	PITTSBURGH, PA

Fonte: Sistema de informações do Federal Reserve

6.3.1 JP Morgan Chase

O banco JP Morgan Chase, formado no ano de 2000 a partir da fusão entre o então Chase Manhattan Corporation e o J.P. Morgan & Co. é hoje o maior banco dos Estados Unidos em termos de ativos totais. O JP Morgan Chase é um banco universal,

pois é uma holding que possui companhias de serviços financeiros diversos e atua mundialmente.

O banco possui como principais atividades a atuação como banco comercial e gestão de patrimônio, no entanto, possui posição forte também nas áreas de serviços de cartões de crédito, banco de investimento e seguros.

6.3.2 Bank of America

O Bank of America é um banco multinacional, de capital norte americano que atua com carteira de banco múltiplo. O Bank of America fez uma grande aquisição em 2008, adquirindo o Merrill Lynch, e tornou-se assim o maior gestor de patrimônio do mundo, desta forma o banco se destaca bastante na área de gestão de riquezas.

O banco tem elevado seu foco nas atuações como banco de varejo, se consolidando como um dos principais bancos norte americanos nesta atividade. O Bank of America possui uma vasta linha de produtos, destacando-se a área de Corporate Banking, Créditos Habitacionais, Seguros e Private Banking.

6.3.3 Citigroup

O Citigroup formado após a fusão entre o Citicorp e o Travelers Group em 1998, formou um dos maiores conglomerados financeiros dos Estados Unidos. O banco possui um alto nível de internacionalização, tendo a atividade de banco de varejo como sua principal fonte de receitas.

O Citigroup também possui subsidiárias nas atividades de banco de investimento, consultoria e assessoria a famílias de alta renda e banco comercial para empresas médias.

6.3.4 Wells Fargo

O Wells Fargo & Company é um dos mais antigos bancos privados norte americanos, fundado em 1852 por Henry Wells e William Fargo. O banco esta entre os

quatro maiores bancos norte americanos e é um dos principais do país na concessão de crédito imobiliário. O Wells Fargo tem suas operações focadas nos Estados Unidos, porém atua também internacionalmente.

Sua carteira de crédito é bastante alinhada aos empréstimos hipotecários, sendo o principal banco norte americano nesta categoria. Possui também subsidiárias que atuam com consultoria de investimentos e gestão de patrimônio, além de atuar no setor de banco de atacado provendo produtos a empresas de médio porte e famílias de alta renda.

6.3.5 Goldman Sachs

O Goldman Sachs é um banco de investimento multinacional de capital privado norte americano. É um dos mais antigos bancos de investimento do mundo, fundado em 1869, proporciona aos seus clientes atividades como consultoria, auditoria e auxílio em processos de fusões e aquisições, serviços de abertura de capital de empresas e lançamentos de dívida, além de ter grande atuação em gestão de patrimônio.

6.3.6 Morgan Stanley

O Morgan Stanley é caracterizado como uma instituição multinacional de capital privado norte americano que provêm serviços financeiros diversos. Têm como suas principais áreas de atuação as atividades de banco de investimento, gestão de patrimônio internacional e concessão de seguros a clientes institucionais.

6.4 O gerenciamento de capital dos bancos norte americanos após a crise do subprime

Nos Estados Unidos, centro da crise financeira do subprime, foi definitivamente onde houve maior preocupação em relação à saúde dos bancos ao encarar situações de estresse de mercado. Após o desmembramento dos efeitos da crise financeira, o Federal Reserve iniciou um processo de regulação mais rígido, no intuito de garantir a sustentabilidade dos bancos norte americanos em eventos de crise econômica.

As normas do acordo de Basileia III formuladas pelo Comitê de Basileia formaram o cerne das reformas do setor financeiro mundial. Os principais bancos norte americanos vêm trabalhando rigorosamente para reforçar os níveis de Capital Principal e Nível II em seus balanços. A tabela 11 abaixo, mostra o Índice de Basileia e o Indicador de Alavancagem dos seis principais bancos norte americanos em uma comparação desde 2007.

Tabela 11: Evolução do Índice de Basileia e do Indicador de Alavancagem dos seis principais bancos dos Estados Unidos (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).

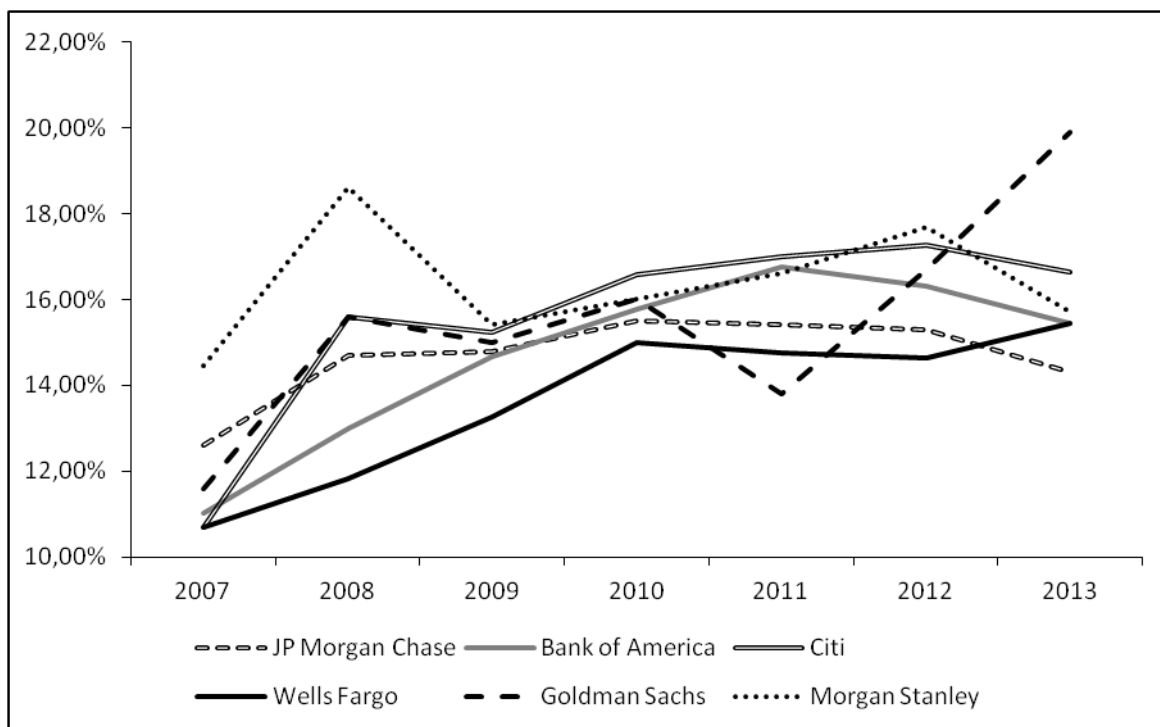
ESTADOS UNIDOS	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
(Total Capital Ratio)							
JP Morgan Chase							
Índice de Basileia	12,60%	14,70%	14,80%	15,50%	15,40%	15,30%	14,30%
Capital Principal	8,40%	10,80%	11,10%	12,10%	12,30%	12,60%	11,90%
Nível II	4,20%	3,90%	3,70%	3,40%	3,10%	2,70%	2,40%
(Ativo/PL)	12,68	16,12	12,29	12,02	12,34	11,56	11,43
Bank of America							
Índice de Basileia	11,02%	13,00%	14,66%	15,77%	16,75%	16,31%	15,44%
Capital Principal	6,87%	9,15%	10,40%	8,60%	9,86%	11,06%	11,19%
Nível II	4,15%	3,85%	4,26%	7,17%	6,89%	5,25%	4,25%
(Ativo/PL)	11,69	10,27	9,61	10,46	10,02	9,30	9,25
Citigroup							
Índice de Basileia	10,70%	15,60%	15,25%	16,59%	16,99%	17,26%	16,65%
Capital Principal	7,12%	11,80%	11,67%	12,91%	13,55%	14,06%	13,68%
Nível II	3,58%	3,80%	3,58%	3,68%	3,44%	3,20%	2,97%
(Ativo/PL)	19,28	12,90	11,98	11,54	10,43	9,76	9,12
Wells Fargo							
Índice de Basileia	10,68%	11,83%	13,27%	15,01%	14,77%	14,63%	15,44%
Capital Principal	7,59%	7,84%	9,26%	11,16%	11,33%	11,75%	12,33%
Nível II	3,09%	3,99%	4,01%	3,85%	3,44%	2,88%	3,11%
(Ativo/PL)	12,08	12,80	10,87	9,84	9,36	9,03	8,97
Goldman Sachs							
Índice de Basileia	11,60%	15,60%	15,00%	16,00%	13,80%	16,70%	19,90%
Capital Principal	9,00%	12,69%	12,20%	13,30%	12,10%	14,50%	16,70%
Nível II	2,60%	2,91%	2,80%	2,70%	1,70%	2,20%	3,20%
(Ativo/PL)	26,16	13,75	12,96	11,77	12,12	11,40	11,62
Morgan Stanley							
Índice de Basileia	14,46%	18,60%	15,40%	16,00%	16,60%	17,70%	15,70%
Capital Principal	7,70%	12,40%	8,20%	10,50%	13,00%	14,60%	12,80%
Nível II	6,76%	6,20%	7,20%	5,50%	3,60%	3,10%	2,90%
(Ativo/PL)	32,6	12,96	16,52	14,12	11,09	12,57	12,63
Média Basileia EUA	11,84%	14,89%	14,73%	15,81%	15,72%	16,32%	16,24%

Fonte: Elaboração própria a partir das divulgações de resultados trimestrais dos bancos em suas páginas na internet de relações com investidores.

A partir da análise da tabela acima, observa-se que os níveis de Capital Principal dos bancos aumentaram significativamente, mostrando que a preocupação com a saúde dos bancos após a crise, de fato resultou em ações efetivas. Em ordem a mostrar de

melhor maneira a evolução dos dados, foram elaborados gráficos dos indicadores da tabela. O gráfico 7 abaixo reflete a evolução do Índice de Basileia dos seis principais bancos dos Estados Unidos após a crise.

Gráfico 7: Evolução do Índice de Basileia dos seis principais bancos norte americanos (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).

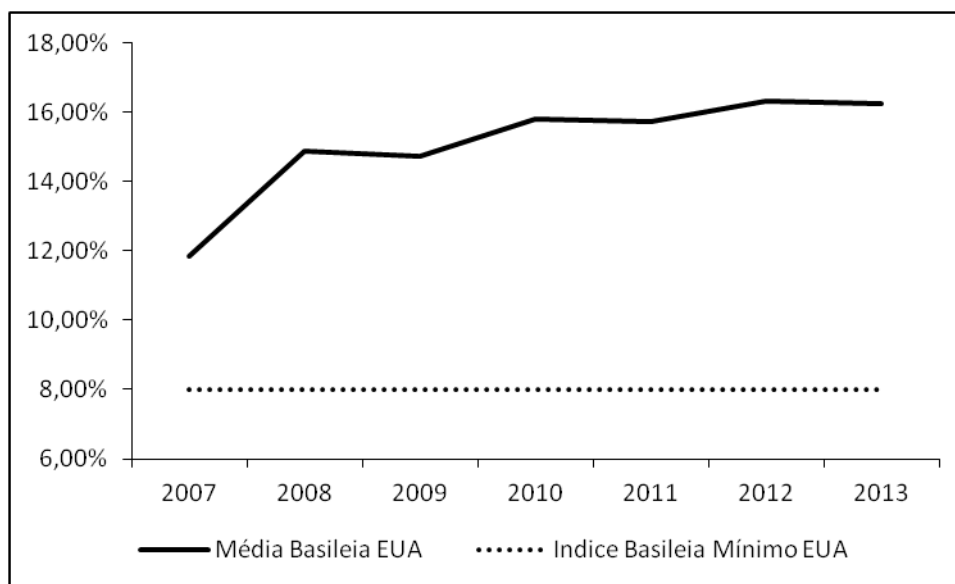


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados fornecidos pelos bancos em suas páginas de relações com investidores na internet.

É claramente visível uma tendência de alta nos números, mostrando que de fato os bancos agiram em linha com a regulação financeira mais rígida imposta e aumentaram seus níveis de capital próprio em relação aos ativos ponderados pelo risco. Níveis mais altos de Índice de Basileia corroboram a afirmativa de um setor bancário mais preparado a recessões econômicas e episódios de estresse financeiro.

O gráfico 8 abaixo é elaborado no intuito de mostrar a evolução da média aritmética estimada do Índice de Basileia dos seis maiores bancos dos Estados Unidos ano a ano, e comparando com o Índice mínimo estipulado pelo Comitê de Basileia e utilizado pelo Federal Reserve em sua regulação prudencial, que é de 8%.

Gráfico 8: Evolução da média do Índice de Basileia dos seis principais bancos norte americanos em comparação com os requerimentos mínimos estipulados no país (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Federal Reserve e das divulgações de resultados dos bancos em suas páginas de relações com investidores na internet.

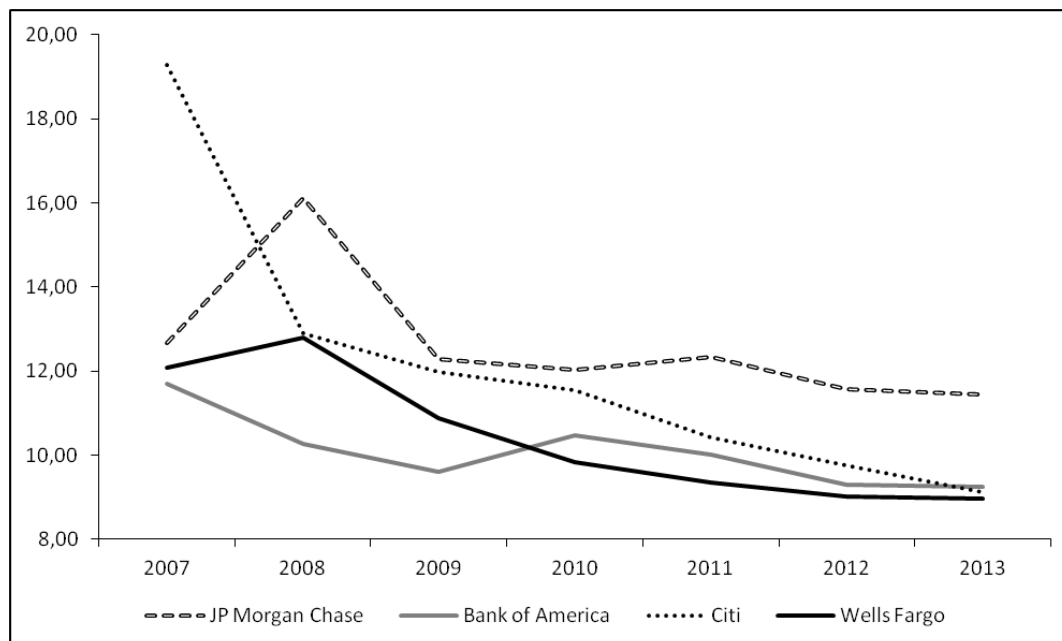
O setor bancário norte americano em 2007, operava mais próximo do limite mínimo estipulado pelos órgãos reguladores para os níveis de capital próprio em relação aos ativos ponderados pelo risco. Estes requerimentos mínimos de capital passaram a ter ainda mais importância na gestão dos bancos após a crise, isto pode ser também evidenciado na forma em que os dados são divulgados ao mercado, destacando-se mais estes níveis de requerimento mínimo de capital nas demonstrações de resultados aos acionistas após 2008 do que antes da crise do subprime. Assumindo que os níveis de capital próprio oferecem uma visão sobre a saúde do sistema bancário, níveis mais elevados de capital podem sinalizar que os bancos possuem maiores recursos para enfrentar quedas no valor de seus ativos, e também para enfrentar recessões.

6.4.1. Alavancagem

Os estudos de Adrian and Shin (2008, 2009) nas instituições financeiras norte americanas afirmam que a alavancagem dos bancos nos Estados Unidos, principalmente os bancos de investimento, possuem um caráter cíclico, variando de acordo com os níveis de atividade econômica doméstica. Os dados sobre alavancagem compilados e apresentados neste trabalho confirmam esta tese, mostrando que houve uma “desalavancagem” nas estruturas dos balanços dos bancos nos Estados Unidos. Isto não ocorre somente devido à variação nos valores dos ativos, influenciando no valor do patrimônio líquido, e conseqüentemente no Indicador de Alavancagem, mas também devido a uma gestão mais cautelosa na concessão de crédito, exposição a ativos mais seguros e desaquecimento do nível de atividade econômica.

Na análise da alavancagem do setor, é importante fazer uma divisão entre os bancos comerciais e os bancos de investimento, dado que o fato de os bancos comerciais poderem captar mais recursos via depósitos a vista e a diferença na gestão de ativos e passivos fazem com que os níveis de alavancagem desses bancos seja diferente, podendo assim distorcer a análise. Desta forma, foi elaborado um gráfico mostrando a variação da alavancagem dos bancos comerciais (classificados como “Holdings de Companhias Bancárias” na tabela 10) e outro para mostrar a variação da alavancagem dos bancos de investimento.

Gráfico 9: Evolução do Indicador de Alavancagem dos quatro principais bancos comerciais dos Estados Unidos (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).

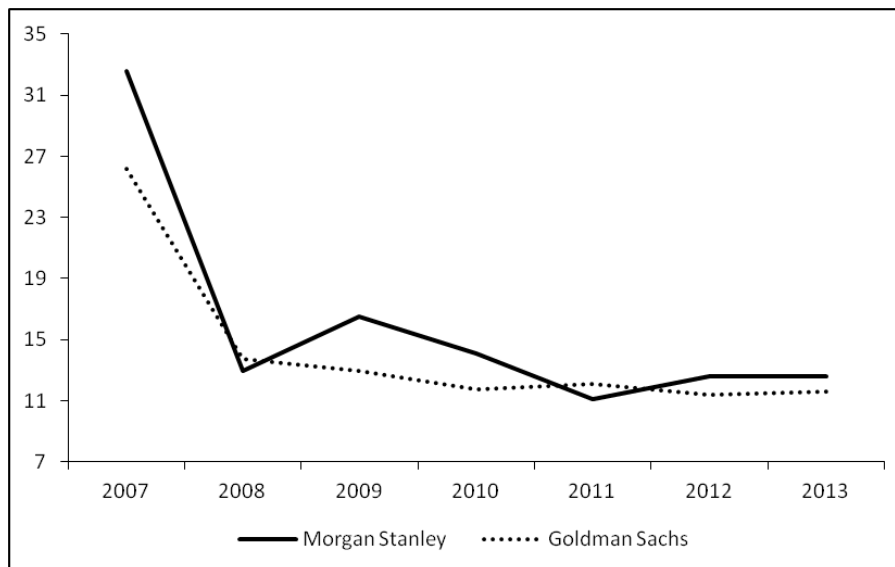


Fonte: Elaboração própria a partir de dados das demonstrações de resultado dos bancos em suas páginas de relações com investidores na internet.

A tendência de “desalavancagem” no setor é bem identificável no gráfico acima. Em 2007, pautados por um padrão conjuntural de expansão econômica e otimismo, os bancos atuavam mais alavancados, assumindo mais riscos em suas concessões e girando mais a carteira de crédito. Após a crise de 2008, os bancos assumiram uma posição muito mais conservadora em sua gestão de capital, reduzindo a exposição a ativos mais arriscados e prezando mais pelo nível de solvência. O maior exemplo é o caso do Citigroup, que em 2007 operava com um nível de alavancagem próximo a 20, mas em 2013 atingiu 9,12.

Em relação aos bancos de investimento, mais sensíveis a ciclos econômicos, é ainda mais notório o processo de “desalavancagem” após o estouro da crise. Os bancos de investimento norte americanos elevaram seus ativos de forma grandiosa durante o período dos anos 2000 a 2008. Assim, vislumbraram a oportunidade de reduzir a alavancagem vendendo seus ativos mais arriscados no mercado após 2008.

Gráfico 10: Evolução do Indicador de Alavancagem dos dois principais bancos de investimento norte americanos (Período dezembro/2007 a dezembro/2013).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados das demonstrações de resultado dos bancos em suas páginas de relações com investidores na internet.

7. CONCLUSÃO

No presente estudo, analisa-se o comportamento dos bancos brasileiros e norte americanos no gerenciamento de capital após a crise do subprime. A crise do subprime estourada no setor financeiro norte americano em 2008, se alastrou mundialmente e emplacou no mundo um ambiente de maior aversão ao risco e de regulação e supervisão bancárias mais rígidas, dado que neste período o nível de solvência dos bancos ganhava mais atenção do que nunca.

De acordo com os dados analisados, foi possível observar que houve um comportamento distinto entre o gerenciamento de capital dos principais bancos brasileiros e norte americanos. No Brasil, a análise se baseou em dados dos quatro principais bancos do país, Banco do Brasil, Itáu, Caixa Econômica e Bradesco, e mostrou que, no geral, o sistema bancário brasileiro ficou de certa forma um pouco mais vulnerável após a crise, com Índices de Basileia médios menores, os quais representam um menor nível de solvência dos bancos, e Indicadores de Alavancagem um pouco maiores. Analisando mais profundamente o setor bancário brasileiro, pôde-se observar que esta maior vulnerabilidade após a crise, contrariando o ambiente internacional de regulação mais rígida, se deve a atuação dos bancos públicos, Banco do Brasil e principalmente Caixa Econômica Federal, os quais servem de condutores da política creditícia do Governo Federal, e servem como agentes propagação de programas sociais efetivados pelo governo, que apoiou o aumento da concessão de crédito mesmo em um ambiente de maior aversão ao risco.

Já em relação ao setor bancário norte americano, observou-se claramente com os dados mostrados neste trabalho, que os principais bancos reagiram em relação à crise com uma posição mais conservadora em relação a suas estruturas de capital, prezando pelos níveis de capital próprio, e pela análise mais rígida na concessão de crédito, desalavancando assim suas estruturas de capital, e atuando em linha com o ambiente de supervisão bancária mais rígido que pairava no mundo, corroborando assim com a teoria da pró-ciclicidade dos bancos.

8. REFERÊNCIAS

ADRIAN, T.; SHIN, H., 2008. Financial Intermediary Leverage and Value-at-Risk. Federal Reserve Bank of New York Staff Reports no. 338.

ANDERSON, Kelly. The Complete History of Banks in the United States. Disponível em < <https://www.mint.com/the-complete-history-of-banks-in-the-united-states/>>, 2014.

ASSAF NETO, A. Mercado Financeiro. *Editora Atlas*, São Paulo, 10ª edição, 2011.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “Relatório 50 maiores bancos”, 2007-2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Regulação prudencial. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?REGPRUDENCIAL>>. Acesso em: 13 de Novembro de 2014.

BANCO DO BRASIL. Relações com Investidores. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/home2,136,136,0,0,1,8.bb>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2014.

BANK OF AMERICA. Investor Relations. Disponível em: <<http://investor.bankofamerica.com/phoenix.zhtml?c=71595&p=iro1-irhome#fbid=l-JYbLnktXR>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2014.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION (BCBS). International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards. Basel, Switzerland: Bank for International Settlements (BIS), 1988. On-line. Disponível em: <<http://www.bis.org>>

BERNANKE, B.S., GERTLER, M. 1995. Inside the Black Box: The Credit Channel of Monetary Policy Transmission. *Journal of Economic Perspectives* 9, 27 – 48.

BLINDER, A. S. Bancos Centrais: teoria e prática. São Paulo, Editora 34, Tradução de Maria Abramo Caldeira Brant, 1999.

BRADESCO. Relações com Investidores. Disponível em: <<https://www.bradescom.com.br/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Relações com Investidores. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/relacao_investidores.asp>. Acesso em: 10 de Novembro de 2014.

CARVALHO, F.J.C; SOUZA, F.E.P.; SICSÚ, J.; PAULA, L.F.R.; STUDART, R. Economia Monetária e Financeira: teoria e política. Editora Campus/Elsevier, Rio de Janeiro, 2ª edição, 2007.

CITIGROUP. Investor Relations. Disponível em: <<http://www.citigroup.com/citi/investor/qr.htm>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2014.

COSTA, Juraci Nogueira. Acordo de Basileia: Impacto no comportamento das Instituições Financeiras Brasileiras. Brasília, DF: 2010. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) Universidade Católica de Brasília.

FEDERAL RESERVE. National Information Center. Disponível em: <<http://www.ffiec.gov/nicpubweb/nicweb/top50form.aspx>>. Acesso em: 15 de Novembro de 2014.

FREITAS, M.C.P.; CINTRA, M.A.M Inflação e deflação de ativos a partir do mercado imobiliário americano. Revista de Economia Política, v.28, 2008.

GOLDMAN SACHS. Investor Relations. Disponível em: <<http://www.goldmansachs.com/investor-relations/financials/>>. Acesso em 12 de Novembro de 2014.

GONÇALVES, C.E.S; RODRIGUES, M. Sob a Lupa Do Economista, *Editora Campus/Elsevier*, São Paulo 2009.

IPEADATA. Macroeconômico, 2007-2013.

ITAÚ UNIBANCO. Relações com Investidores. Disponível em: <<https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/>>. Acesso em: 10 de Novembro de 2014.

JOKIPII, T., MILNE, A. 2011, Bank Capital Buffer and Risk Adjustment Decisions, *Journal of Financial Stability* 7, 165-178.

JP MORGAN. Investor Relations. Disponível em: <<http://investor.shareholder.com/JPMorganChase/>>. Acesso em: 11 de Novembro de 2014.

KIYOTAKI, N., MOORE, J., 2009. Why Are Banks Holding So Many Excess Reserves? Federal Reserve Bank of New York. Staff Reports no. 380.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de. O Acordo de Basileia de 2004: Uma revisão em direção às práticas de mercado. *Economia Política Internacional*, 2004.

MENDONÇA, Ana Rosa Ribeiro de; ANDRADE, Rogério P. de. Regulação Bancária e Dinâmica Financeira: Evolução e Perspectivas a partir dos Acordos de Basileia. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2006

MORGAN STANLEY. Investor Relations. Disponível em: <http://www.morganstanley.com/about/ir/earnings_releases.html>. Acesso em 12 de Novembro de 2014.

OLGA CAMARGO, P. A Evolução Recente do Setor Bancário no Brasil, *Editora Cultura Acadêmica*, São Paulo 2009.

RAMOS BEZERRA, Silvia. *Análise do Setor Bancário*, 2005. P 55.

SAAB, Jorge Augusto Hirs. *Bancos Brasileiros: Solidez na crise*; Rio Bravo Fronteiras, 2009.

WELLS FARGO. Investor Relations. Disponível em: <https://www.wellsfargo.com/invest_relations/earnings>. Acesso em: 11 de Novembro de 2014.